

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Ampla Energia e Serviços S.A.

31 de dezembro de 2017

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações
Contábeis Regulatórias

Ampla Energia e Serviços S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias

31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias 1

Demonstrações contábeis regulatórias

Balancos patrimoniais regulatório	7
Demonstrações do resultado regulatório	9
Demonstrações do resultado abrangente regulatório	10
Demonstrações dos fluxos de caixa regulatório	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatório.....	12
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	13



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Ampla Energia e Serviços S.A.
Niterói - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da **Ampla Energia e Serviços S.A.** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Ampla Energia e Serviços S.A.** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à **Ampla Energia e Serviços S.A.**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3, às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a **Ampla Energia e Serviços S.A.** a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber das atividades de venda de energia elétrica, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação do serviço. Os riscos observados referem-se:

- (i) Reconhecimento de receita fora de período de competência e/ou lançamento por erro ou fraude;
- (ii) Faturamento por valores maiores do que o efetivamente estabelecido na tabela de preço vigente à época;
- (iii) Estimativa utilizada para o reconhecimento dos valores de eletricidade fornecidos aos consumidores entre a data da última leitura do medidor e o final do ano (“fornecimento não faturado”).

Resposta da auditoria ao assunto de Reconhecimento de Receita

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a conferência em detalhe dos critérios de reconhecimento de receitas que suportam o registro das faturas ao longo do exercício e confirmação de que estão consistentes de acordo com as práticas contábeis brasileiras e internacionais; efetuamos testes detalhados, com base em amostragem estatística, que compreendeu seleção dos lançamentos contábeis registrados no faturamento, examinando faturas de energia e os respectivos recebimentos; efetuamos teste global de receita de venda de energia elétrica; confrontamos as faturas emitidas com a tabela vigente aplicável ao ciclo tarifário e para a receita estimada (“fornecimento não faturado”) realizamos procedimentos analíticos utilizando dados reais para nos permitir definir as expectativas quanto ao nível estimado de receita comparando isso com a estimativa da Companhia. Nós também avaliamos os pressupostos da Companhia relativos ao volume e preço utilizado na determinação do nível de receita estimada e a sua adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.

Baseados nos procedimentos de auditoria sumarizados acima, consideramos que as políticas de reconhecimento de receitas da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve um elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo nível de inadimplência, política de renegociação e parcelamentos e cenário econômico atual e prospectivo. Esse julgamento considera diversas premissas na determinação das provisões.

A Administração da Companhia, durante o exercício de 2017, readequou sua política contábil de mensuração e divulgação da provisão para créditos de liquidação duvidosa às políticas realizadas pela área de gestão de crédito.

Resposta da auditoria ao assunto de Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação da nova estimativa definida pela Administração para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, realização de recálculo matemático da referida provisão e desafiamos o julgamento da Administração decorrente a estimativa definida onde foram totalizados todos os créditos, independente se vencidos ou a vencer, dos consumidores com faturas registradas como provisão para crédito de liquidação duvidosa (“efeito arrasto”). Avaliamos esse total como parte de nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações contábeis regulatórias.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis a estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como as divulgações nas notas explicativas nº 8 no contexto das demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto.

Reconhecimento de Ativos e Passivos Regulatórios

As receitas de energia elétrica das distribuidoras devem considerar uma tarifa (após revisão e homologação da ANEEL) capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Em virtude disso, a Companhia registra ativos e/ou passivos regulatórios decorrente da diferença entre os custos incorridos e o valor da tarifa recebida no último no reajuste tarifário (cobertura tarifária). Em virtude da complexidade e detalhes específicos aplicáveis ao setor elétrico, a Companhia possui risco quanto a adequada mensuração e contabilização dos ativos e passivos regulatórios.

Resposta da auditoria ao assunto de Reconhecimento de Ativos e Passivos Regulatórios

Os nossos procedimentos de auditoria consideraram a avaliação dos ativos e passivos regulatórios registrados com base nas regulamentações expedidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a aplicação de testes detalhados de inspeção, com base em amostragem, das bases que suportam os registros contábeis realizados. Assim como a revisão da adequada divulgação da nota explicativa nº 11 às demonstrações contábeis regulatórias.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os ativos e passivos regulatórios, consideramos que os critérios e premissas adotadas para reconhecimento dos referidos ativos e passivos regulatórios, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Avaliação de perda por impairment de ativo imobilizado e intangível

A Companhia possui registrado ativo imobilizado e intangível nos montantes de R\$ 6.094.023 mil e R\$ 244.430 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017 referente a investimentos realizados oriundos do direito de concessão de distribuição de energia elétrica. A Administração avalia, no mínimo anualmente, o risco de *impairment* desses ativos, baseado no método do valor em uso ou em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, no qual envolve julgamento significativo sobre os resultados futuros do negócio, em que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia tomadas em conjunto.

Resposta da auditoria ao assunto de Avaliação de perda por impairment de ativo imobilizado e intangível

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação das previsões de fluxo de caixa futuro da unidade geradora de caixa (CGU) preparadas pela Administração e o processo usado na sua elaboração, inclusive a comparação com os seus planos mais recentes de negócios. Questionamos as principais premissas da Administração para as taxas de crescimento de longo prazo nas previsões, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e a taxa de desconto, avaliando o custo de capital para a Companhia. Ao determinarmos a extensão de mudanças nas premissas que seriam necessárias individual ou coletivamente, para resultar em *impairment* do ativo imobilizado e

intangível, consideramos a probabilidade de ocorrência dessas alterações nas principais premissas. Avaliamos também a adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.

Nossos trabalhos revelaram que as premissas e a metodologia de avaliação do fluxo de caixa futuro utilizadas estão razoavelmente consistentes com a prática do mercado, assim como em relação ao período anterior e o plano de negócios da Companhia.

Reconhecimento de Benefícios Pós Emprego

A Companhia possui benefícios pós-emprego no qual a obrigação é calculada com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados. Em virtude da complexidade e subjetividade na estimativa decorrente da avaliação atuarial dos planos de saúde e benefício, a Companhia possui risco quanto a adequada mensuração e contabilização dos passivos decorrente a benefícios pós-emprego.

Resposta da auditoria ao assunto de Reconhecimento de Benefícios Pós Emprego

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram o envolvimento de especialista atuarial na revisão da estimativa e metodologia utilizada para cálculo dos benefícios e a aplicação de testes detalhados de inspeção, com base em amostragem, das bases que suportam os registros contábeis realizados. Assim como a revisão da adequada divulgação da nota explicativa nº 17 às demonstrações contábeis regulatórias.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria sumarizados acima, consideramos apropriadas os julgamentos, estimativas e divulgações preparadas pela Administração incluídas na nota explicativa nº 17 relacionadas ao reconhecimento e mensuração dos saldos de benefícios pós emprego, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis societárias

A **Ampla Energia e Serviços S.A.** preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 19 de fevereiro de 2018.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes
CRC 2 SP-013846/F

Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1SP 120458/O-6 -S - RJ

A handwritten signature in blue ink, written over the name and registration number of Jairo da Rocha Soares. The signature is a cursive-style name that appears to be 'Jairo da Rocha Soares'.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Balancos patrimoniais regulatório
em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	305.915	251.357
Títulos e valores mobiliários	7	120.091	53.772
Consumidores e outras contas a receber	8	763.400	736.365
Consumidores - serviços prestados		85.585	84.519
Ativos financeiros setoriais	11	209.427	149.530
Subvenção CDE - desconto tarifário	9	346.447	277.512
Cauções e depósitos		-	63.601
Tributos a compensar	10	304.050	74.643
Serviço em curso		65.029	65.426
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP	16	2.637	787
Outros créditos		101.098	125.425
Total do ativo circulante		<u>2.303.679</u>	<u>1.882.937</u>
Não circulante			
Consumidores	8	50.140	59.261
Ativos financeiros setoriais	11	38.139	55.003
Depósitos vinculados a litígios	19	236.510	223.325
Serviço em Curso		14.351	-
Tributos a compensar	10	106.406	125.300
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP	16	4.329	10.316
Tributos diferidos	25	682.298	602.616
Imobilizado	12	6.616.039	6.018.119
Intangível	13	244.430	189.236
Investimentos		3.830	3.982
Total do ativo não circulante		<u>7.996.472</u>	<u>7.287.158</u>
Total do ativo		<u><u>10.300.151</u></u>	<u><u>9.170.095</u></u>

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	14	900.125	688.858
Passivos financeiros setoriais	11	134.096	5.617
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	1.091.655	790.340
Salários, provisões e encargos sociais		43.072	42.546
Obrigações fiscais	15	124.737	124.301
Dividendos a pagar		46.515	46.515
Taxa regulamentares	21	382.714	339.189
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP	16	34.291	13.510
Outras obrigações		75.817	83.549
Total do passivo circulante		2.833.022	2.134.425
Não circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	14	404	162
Passivos financeiros setoriais	11	70.227	259.399
Tributos diferidos	25	260.000	283.775
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	2.007.575	2.438.990
Obrigações com benefícios pós-emprego	17	492.442	493.335
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	19	665.104	603.705
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP	16	19.647	62.615
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	20	522.016	462.255
Taxa regulamentares	21	71.072	46.087
Total do passivo não circulante		4.108.487	4.650.323
Patrimônio líquido			
	22		
Capital social		2.498.230	1.298.230
Reserva de capital		23.254	23.254
Reserva de lucro		346.217	525.882
Reserva de reavaliação regulatória		482.377	537.522
Outros resultados abrangentes		8.564	459
Total do patrimônio líquido		3.358.642	2.385.347
Total do passivo e patrimônio líquido		10.300.151	9.170.095

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Demonstrações do resultado dos exercícios regulatório
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação expresso em reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita / ingresso			
Fornecimento de energia elétrica		6.408.720	6.670.209
Suprimento de energia elétrica		72.508	77.362
Disponibilização do sistema de transmissão e Distribuição		484.887	310.125
Outras receitas vinculadas		318.248	277.285
Ativos e passivos financeiros setoriais		256.331	(542.914)
	23	<u>7.540.694</u>	<u>6.792.067</u>
Deduções da receita bruta			
Tributos e encargos			
ICMS		(1.732.793)	(1.721.457)
PIS-PASEP		(130.251)	(111.530)
Cofins		(512.159)	(513.713)
ISS		(3.382)	(3.030)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(21.127)	(20.641)
Conta de desenvolvimento econômico - CDE		(612.817)	(712.064)
Programa de eficiência energética - PEE		(21.127)	(20.641)
Taxa de fiscalização		(5.676)	(6.481)
Outros encargos		(187.470)	(90.305)
		<u>(3.226.802)</u>	<u>(3.199.862)</u>
Receita líquida / ingresso líquido		<u>4.313.892</u>	<u>3.592.205</u>
Custos não gerenciáveis - parcela "A"			
Energia elétrica comprada para revenda		(2.483.259)	(1.825.602)
Encargos de transmissão / distribuição / conexão		(311.382)	(312.188)
		<u>(2.794.641)</u>	<u>(2.137.790)</u>
Resultado antes dos custos gerenciáveis		<u>1.519.251</u>	<u>1.454.415</u>
Custos gerenciáveis - parcela "B"			
Pessoal e administradores	24	(140.606)	(161.513)
Serviços de terceiros		(435.537)	(484.287)
Material		(13.287)	(15.809)
Arrendamentos e aluguéis		(11.795)	(11.793)
Seguros		(2.951)	(4.470)
Doações, contribuições e subvenções		(1.919)	(1.824)
Provisão créditos de liquidação duvidosa		(134.302)	(214.605)
Outras provisões		(37.820)	(53.352)
Tributos		(1.522)	(1.907)
Depreciação e amortização		(352.741)	(289.839)
Outros despesas operacionais		(180.972)	(171.530)
		<u>(1.313.452)</u>	<u>(1.410.929)</u>
Resultado financeiro	26	<u>(520.067)</u>	<u>(533.941)</u>
Receita financeira		405.135	355.082
Despesa financeira		(925.202)	(889.023)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		<u>(314.268)</u>	<u>(490.455)</u>
Imposto de renda	25	72.393	114.547
Contribuição social	25	25.961	41.094
Prejuízo do exercício		<u>(215.914)</u>	<u>(334.814)</u>
Atribuível aos:			
Acionistas controladores		(215.453)	(156.983)
Acionistas não controladores		(461)	(177.831)
Prejuízo por ação originado das operações (reais por milhares de ações)		(1,29574)	(3,41428)
Básico - lucro de operações			
Atribuíveis a acionistas controladores		(1,29297)	(3,40190)
Detentores de ações ordinárias		(0,00276)	(0,01238)
Diluído - lucro de operações			
Atribuíveis a acionistas controladores		(1,29297)	(3,40190)
Detentores de ações ordinárias		(0,00276)	(0,01238)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Demonstrações do resultado abrangente regulatório
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação expresso em reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Prejuízo do exercício		(215.914)	(334.814)
Outros resultados abrangentes			
Perda atuarial em benefícios pós emprego	17	(27.283)	(26.892)
Tributos diferidos sobre perda atuarial em fundo de pensão	25	9.276	9.143
Ganho (perda) em instrumentos financeiros	16	12.281	(6.262)
Tributos diferidos sobre perda em instrumento financeiro derivativos	25	<u>(4.176)</u>	<u>2.129</u>
Resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos		<u>(225.816)</u>	<u>(356.696)</u>
Atribuível aos:			
Acionistas controladores		(225.334)	(355.935)
Acionistas não controladores		(482)	(761)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Demonstrações dos fluxos de caixa regulatório
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação expresso em reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(215.914)	(334.814)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	131.431	208.947
Depreciação e amortização	375.518	309.353
Juros e variações monetárias	358.869	328.726
Ativos e passivos financeiros setoriais	(31.907)	(23.998)
Provisão para perda na desativação de bens	33.640	(1.770)
Valor residual de intangível baixado	80.284	39.788
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(98.354)	(155.641)
Perda de recebíveis de clientes	2.871	5.658
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	159.788	198.295
Obrigações com benefício pós-emprego	48.246	49.405
P&D e eficiência energética	42.254	41.281
Outros	91	(248)
	886.817	664.982
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Consumidores	(152.225)	(11.259)
Subvenção CDE- desconto tarifário	(68.935)	(104.284)
Ativos financeiros setoriais	(11.125)	506.341
Tributos a compensar	(210.513)	475
Depósitos vinculados a litígios	(13.185)	288
Serviço em Curso	(13.954)	7.628
Consumidores - serviços prestados	(1.066)	(3.151)
Outros créditos	105.921	(38.977)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	211.509	(105.402)
Passivos financeiros setoriais	(60.693)	(47.580)
Salários, Provisões e encargos sociais	526	7.786
Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP	12.977	-
Obrigações fiscais	436	(91.845)
Taxas regulamentares	30.021	86.853
Pagamento de benefício pós emprego	(76.422)	(74.597)
Pagamento das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(98.389)	(116.682)
Outros passivos	(30.884)	(11.282)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	510.816	669.294
Atividades de investimento		
Aplicações no intangível e imobilizado	(1.083.534)	(888.633)
Títulos e valores mobiliários	(66.319)	53.587
Caixa líquido consumido pelas as atividades de investimento	(1.149.853)	(835.046)
Atividades de financiamento		
Captação de debêntures	596.803	-
Pagamento de debêntures	(950.033)	(194.540)
Captação de empréstimos e financiamentos	1.523.060	898.481
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(308.668)	(261.125)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(62.089)	(54.617)
Pagamentos de juros de debêntures	(105.478)	(105.357)
Dividendos pagos	-	141
Caixa líquido gerado pelas as atividades de financiamento	693.595	282.983
Aumento (redução) líquido(a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	54.558	117.231
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício	251.357	134.126
Caixa e Equivalentes de caixa no final do exercício	305.915	251.357
	54.558	117.231

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatório
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais)

Notas	Reservas de capital			Reservas de lucros					Total
	Capital social	Reserva de ágio	Remuneração de bens e direitos com capital próprio	Reserva legal	estatutária de reforço capital de giro	Reserva de reavaliação regulatória	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.298.230	2.308	20.946	113.379	737.945	644.236	4.592	-	2.821.636
Perda atuarial em benefícios pós emprego	17	-	-	-	-	-	(26.892)	-	(26.892)
Tributos diferidos sobre benefícios pós emprego	25	-	-	-	-	-	9.143	-	9.143
Transferência para lucros (prejuízos) acumulados	-	-	-	-	-	-	17.749	(17.749)	-
Dividendos expirados	22	-	-	-	-	-	-	141	141
Perda de instrumentos financeiros derivativos	16	-	-	-	-	-	(6.262)	-	(6.262)
Tributos diferidos sobre instrumentos financeiros derivativos - Swap	25	-	-	-	-	-	2.129	-	2.129
Realização da reserva de reavaliação regulatória	-	-	-	-	-	(161.688)	-	40.879	(120.809)
Tributo diferido sobre a realização da reserva de reavaliação regulatória	16	-	-	-	-	13.899	-	(13.899)	-
Tributo diferido sobre a reserva de reavaliação regulatória	25	-	-	-	-	41.075	-	-	41.075
Prejuízo do exercício	22	-	-	-	-	-	-	(334.814)	(334.814)
Absorção de prejuízo do exercício	-	-	-	-	(325.442)	-	-	325.442	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.298.230	2.308	20.946	113.379	412.503	537.522	459	-	2.385.347
Aumento de Capital	22	1.200.000	-	-	-	-	-	-	1.200.000
Perda atuarial em benefícios pós emprego	17	-	-	-	-	-	(27.283)	-	(27.283)
Tributos diferidos sobre benefícios pós emprego	25	-	-	-	-	-	9.276	-	9.276
Transferência para lucros (prejuízos) acumulados	-	-	-	-	-	-	18.007	(18.007)	-
Dividendos expirados	22	-	-	-	-	-	-	-	-
Perda de instrumentos financeiros derivativos	16	-	-	-	-	-	12.281	-	12.281
Tributos diferidos sobre instrumentos financeiros derivativos - Swap	25	-	-	-	-	-	(4.176)	-	(4.176)
Realização da reserva de reavaliação regulatória	-	-	-	-	-	(83.095)	-	82.206	(889)
Tributo diferido sobre a realização da reserva de reavaliação regulatória	-	-	-	-	-	27.950	-	(27.950)	-
Prejuízo do exercício	22	-	-	-	-	-	-	(215.914)	(215.914)
Absorção de prejuízo do exercício	22	-	-	-	(179.665)	-	-	179.665	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.498.230	2.308	20.946	113.379	232.838	482.377	8.564	-	3.358.642

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. Informações gerais

A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com sede no município Niterói, Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A é uma concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de distribuição de energia elétrica e participar de pesquisas vinculadas ao setor energético, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (“ANEEL”)

A Companhia tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 no Estado do Rio de Janeiro e 1 no Estado de Minas Gerais, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, com vencimento em dezembro de 2026.

Em 14 de março de 2017 foi celebrado o 6º Termo aditivo ao contrato de concessão do serviço público de energia.

A Administração autorizou a emissão destas demonstrações contábeis regulatórias em 26 de abril de 2018.

2. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo é efetuado de acordo com o previsto nos contratos de concessão para geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, a Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Outorgada, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente, aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e B mencionados anteriormente, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação.

Como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

3. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis. Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações Contábeis regulatórias podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial das informações preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A preparação de demonstrações contábeis regulatórias requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis regulatórias. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Para melhor entendimento do leitor, as principais diferenças de práticas contábeis das demonstrações contábeis regulatórias para as demonstrações contábeis societárias estão adequadamente divulgadas e apresentadas na Nota 32.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

4. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis regulatórias, estão descritas a seguir.

4.1. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações Contábeis são preparadas em reais (R\$), moeda funcional utilizada pela Companhia.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final o período a que se refere o relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

4.2. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- ▶ Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- ▶ A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge de fluxo de caixa representado por contrato de swap, visando proteção parcial a exposição da taxa CDI produzida por suas debêntures. A parcela eficaz do hedge de fluxo de caixa é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificado para o resultado quando o item de hedge afetar o resultado. A Nota 27 inclui informações mais detalhadas sobre o instrumento financeiro derivativo contratado pela Companhia.

Desreconhecimento/(baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Hedge de fluxo de caixa

Fornece proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma como a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge. Quanto ao hedge de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do hedge, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de hedge do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram, de forma efetiva, altamente eficaz ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de hedging), ou se a sua classificação como hedge for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de hedge, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge representados por contratos de swap, visando proteção parcial a exposição da taxa CDI produzida por suas debêntures e contra a exposição da taxa de juros do risco de variação das taxas de câmbio de seus empréstimo em moeda estrangeira. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item de hedge afetar o resultado. A Nota 27 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos contratadas pela Companhia.

d) Hedge de valor justo

A mudança no valor justo de um derivativo de hedging é reconhecida na demonstração do resultado como custos financeiros. A mudança no valor justo do item objeto de hedge relacionada ao risco objeto de hedge é registrada como ajuste do valor contábil do item objeto de hedge, sendo também reconhecida na demonstração do resultado como custos financeiros.

Para hedges a valor justo relacionados com itens contabilizados a custo amortizado, eventuais ajustes a valor contábil são amortizados por meio do resultado ao longo do prazo restante do hedge utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ter início tão logo se faça um ajuste e durará, no máximo, até a data em que o item objeto de hedge deixa de ser ajustado para refletir mudanças no valor justo atribuível ao risco que está sendo objeto de hedge.

Se o item objeto de hedge for baixado, o valor justo não amortizado deverá ser reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido for designado como item objeto de hedge, a variação acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco objeto de hedge será reconhecida como ativo ou passivo, com reconhecimento do correspondente ganho ou perda no resultado.

A Companhia conta com swap de taxa de juros utilizada para proteger a exposição a variações no valor justo do empréstimo.

4.3. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se a Companhia tiver o direito legal executável para compensar os valores reconhecidos e pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto diferido

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil.

4.4. Benefício a empregados - Planos de benefício definido

A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercício anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado independente utilizando o método de crédito unitário projetado.

O déficit/superávit é calculado, deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela Companhia com os planos.

As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais sobre as obrigações, o retorno dos ativos do plano (excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios.

O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem no resultado, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano.

4.5. Provisão para tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

As provisões para contingências (trabalhista, cíveis, tributárias e regulatórias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

4.6. Receita

a) Vendas de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência e são reconhecidas por ocasião do consumo de energia ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas de serviços de distribuição de energia não faturadas, cujo o serviço foi prestado, são reconhecidas como contas a receber de clientes a faturar, tendo por base o consumo médio diário de cada cliente, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

A Companhia reconhece a receita de serviços quando: i) a proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada, ii) o valor pode ser mensurado com segurança, iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia, e iv) as despesas incorridas com a transação assim como as despesas

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

para concluí-la possam ser confiavelmente mensuradas. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

b) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto.

4.7. Resultado por ação de capital

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

4.8. Demonstrações contábeis regulatórias

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações contábeis societárias apresentadas nas páginas 17 a 27, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

4.8.1. Ativos e passivos regulatórios

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalentes aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da Companhia, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

4.8.2. Imobilizado

a) Imobilizado em serviço

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação mensurada pela metodologia do Valor Novo de Reposição – VNR. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, calculada pelo método linear, baseada na vida útil definida pelo órgão regulador. As vidas úteis estimadas seguem as taxas especificadas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016).

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

b) Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros, bem como parte dos custos da administração central. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de revisão e preços, gerando benefícios econômicos futuros para a Companhia.

4.8.3. Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização deduzido da amortização acumulada. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear, baseada na vida útil estimada dos itens.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

As vidas úteis estimadas seguem as taxas especificadas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016).

4.8.4. Obrigações vinculadas do serviço público de energia elétrica (“obrigações especiais”)

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, deduzidos da depreciação acumulada. A amortização é calculada pela taxa média dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

4.8.5. Reserva de reavaliação

A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL para os bens do ativo imobilizado ou intangível os quais estão vinculados ao serviço concedido.

A reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação/amortização, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Com base na terceira revisão tarifária homologada pela ANEEL, mediante a Nota Técnica ANEEL Nº 122/2014, a Companhia registrou em 2014 a reavaliação regulatória, como data-base o mês de setembro de 2013.

4.8.6. Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita de serviços quando: i) a proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada; ii) o valor pode ser mensurado com segurança; iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e iv) as despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la possam ser confiavelmente mensuradas. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes. As receitas de serviços de distribuição de energia não faturadas, cujo o serviço foi prestado, são reconhecidas como contas a receber de clientes a faturar, tendo por base o consumo médio diário de cada cliente, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações contábeis regulatórias, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

5. Alterações e atualizações na legislação regulatória e fiscal

a) Bandeiras tarifárias

Em 2017 vigoraram as bandeiras tarifárias verde nos meses de janeiro e junho, amarela nos meses de fevereiro, março, julho e setembro e vermelha nos meses de abril, maio, agosto, outubro, novembro e dezembro.

b) Processo de ajuste na tarifa – ERR Angra III

A Aneel por meio da Resolução nº 2.214 / 2017 publicou que todas as distribuidoras do setor elétrico devem devolver em abril os maiores valores de custo de Angra III incluído nas taxas. No período de 1 a 30 de abril a tarifa de energia da Companhia foi reduzida para devolver em um mês os valores relativos aos custos de Angra III.

O objetivo é o de reverter os efeitos da inclusão da parcela do Encargo de Energia de Reserva - EER correspondente para a contratação de Angra III. Recordando que o processo natural de reajuste tarifário de distribuição, estes valores seriam devolvidos aos consumidores em 12 meses.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

O procedimento foi dividido em duas fases: a primeira, durante o mês de Abril, onde a tarifa foi reduzida para inverter os valores de Angra III compreendidos a partir do processo tarifário anterior e, ao mesmo tempo, deverá considerar o custo futuro do EER dessa usina. Na segunda etapa, a partir de 01 de Maio e continua até que o próximo processo tarifário de cada distribuidora, a tarifa deverá incluir (i) o custo futuro do EER de Angra III e (ii) para as distribuidoras que tenham sido submetidos ao reajuste em 2017, como é o caso da Companhia, valores de devolução em 12 meses já estavam incluídas na tarifa.

6. Caixa e equivalentes de caixa

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e contas correntes bancárias	150.665	34.825
Total de caixa e contas correntes bancárias	150.665	34.825
Aplicações diretas		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	26.072	76.827
Operações compromissadas	119.921	131.630
Total das aplicações diretas	145.993	208.457
Fundo de investimento não exclusivos		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	-	2
Operações compromissadas	9.257	8.073
Total de fundos de investimento não exclusivos	9.257	8.075
Total	305.915	251.357

7. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2017	31/12/2016
Fundos de investimentos não exclusivos	112.673	45.144
Fundos de investimentos exclusivos		
Títulos públicos	6.402	6.553
LF - Letra Financeira	1.016	2.075
Total	120.091	53.772

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Consumidores

	Vencidos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para Devedores Duvidosos	31/12/2017	Vencidos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para Devedores Duvidosos	31/12/2016
<u>Circulante</u>												
Classe de consumidores:												
Residencial	93.535	69.478	347.353	510.366	(400.044)	110.322	17.052	58.363	326.830	402.245	(364.400)	37.845
Industrial	36.264	9.677	42.244	88.185	(35.123)	53.062	35.908	10.860	38.922	85.690	(30.160)	55.530
Comercial	59.231	24.154	99.472	182.857	(89.290)	93.567	42.155	38.453	97.437	178.045	(88.006)	90.039
Rural	14.712	1.627	44.392	60.731	(49.172)	11.559	13.445	3.668	50.938	68.051	(49.497)	18.554
Poder público	47.119	40.096	121.109	208.324	(45.812)	162.512	42.310	37.613	65.351	145.274	(29.200)	116.074
Iluminação pública	27.145	20.812	32.196	80.153	(24.762)	55.391	25.107	24.153	24.810	74.070	(8.067)	66.003
Serviço público	13.663	250	1.063	14.976	(331)	14.645	13.173	624	225	14.022	(197)	13.825
Fornecimento faturado	291.669	166.094	687.829	1.145.592	(644.534)	501.058	189.150	173.734	604.513	967.397	(569.527)	397.870
Receita não faturada	107.383	-	-	107.383	-	107.383	229.679	-	-	229.679	-	229.679
Consumidores baixa renda	6.564	-	-	6.564	-	6.564	7.143	-	-	7.143	-	7.143
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	4.136	4.136	-	4.136	-	-	4.136	4.136	-	4.136
Encargo de uso de rede	-	-	56.729	56.729	-	56.729	-	-	-	-	-	-
Parcelamento de débitos	-	29.355	48.371	77.726	-	77.726	-	32.918	54.542	87.460	-	87.460
Outros contas a receber - RDS	2.138	5.248	32.984	40.370	(30.566)	9.804	2.671	8.305	35.084	46.060	(35.983)	10.077
Contas a receber	116.085	34.603	142.220	292.908	(30.566)	262.342	239.493	41.223	93.762	374.478	(35.983)	338.495
Total do circulante	407.754	200.697	830.049	1.438.500	(675.100)	763.400	428.643	214.957	698.275	1.341.875	(605.510)	736.365
<u>Não circulante</u>												
Encargo de uso de rede	-	18.910	-	18.910	-	18.910	-	-	-	-	-	-
Parcelamento de débitos	-	-	75.991	75.991	(44.761)	31.230	-	-	109.276	109.276	(50.015)	59.261
Total não circulante	-	18.910	75.991	94.901	(44.761)	50.140	-	-	109.276	109.276	(50.015)	59.261

Desde novembro de 2016 a Companhia vende determinadas faturas de energia de clientes massivos, transferindo os riscos e benefícios destes ativos.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Essa operação atendeu adequadamente aos critérios de desreconhecimento de ativos previstos no CPC 38 Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração.

	PCLD								
	31/12/2016	Adições	Baixas	Constituição de PDD de Valores Incobráveis	31/12/2016 Ajustado	Adições	Baixas	Constituição de PDD de Valores Incobráveis	31/12/2017
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(195.199)	(202.010)	116.627	(374.943)	(655.525)	(130.595)	142.344	(76.085)	(719.861)
	(195.199)	(202.010)	116.627	(374.943)	(655.525)	(130.595)	142.344	(76.085)	(719.861)

A provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 180 dias, da classe comercial, industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias os quais tomam por base a curva de recuperabilidade (realização) dos recebíveis. Considera também, uma análise individual, quando aplicável, dos títulos a receber ou do saldo da dívida parcelada, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

A provisão de outros serviços complementares é constituída sobre os valores vencidos a mais de 360 dias, ou em casos específicos baseados nas mudanças no perfil de pagamento do devedor.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

9. Subvenção CDE - desconto tarifário

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Resolução Homologatória 1.703/2014	51.742	51.742
Resolução Homologatória 1.861/2015	129.810	129.810
Resolução Homologatória 2.023/2016	94.096	78.954
Resolução Homologatória 2.207/2017	32.188	-
Parcela de Ajuste	36.975	15.370
Atualização Monetária	1.636	1.636
	<u>346.447</u>	<u>277.512</u>

Valor a ser repassado pela CCEE, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

a) Compensação da obrigação Encargo CDE x Valores a receber subsidio baixa renda - CDE

Os valores em aberto de novembro de 2014 até a presente data (Resoluções homologatórias 1.703/2014, 1.861/2015, 2.023/2016 e 2.207/2017), foram objeto de compensação integral com os valores devidos à CCEE relativos a Encargos CDE, por força de decisão liminar proferida em favor da Companhia em 08/07/2015. Em função da decisão ser liminar, a Companhia mantém registrado no passivo circulante, na linha de taxas regulamentares, o montante de R\$ 347.349 (R\$ 305.155 em 2016), correspondente à parcela a repassar a CCEE decorrente da subvenção CDE, que será compensado quando a decisão transitar em julgado.

10. Tributos a compensar

	<u>31/12/2017</u>		<u>31/12/2016</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Imposto de renda e contribuição social	13.367	-	10.396	-
ICMS	60.761	106.406	49.376	92.371
PIS e COFINS	202.020	-	8.246	32.929
Outros tributos	27.902	-	6.625	-
Total de tributos a compensar	<u>304.050</u>	<u>106.406</u>	<u>74.643</u>	<u>125.300</u>

Do total de crédito de ICMS, R\$ 150.727 em 31 de dezembro de 2017 refere-se à Lei Complementar nº 102/00, que prevê o crédito do ICMS sobre aquisição de bens para o ativo fixo e compensação em 48 meses. O valor de R\$ 14.208 refere-se aos pedidos de restituição de ICMS dos clientes CEDAE e CERES.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Os valores classificados no ativo não circulante de PIS e COFINS a compensar em dezembro de 2016, eram referentes ao PIS semestralidade e foram baixados considerando a decisão desfavorável proferida em março de 2017 pelo TRF da 2ª Região. O mesmo era oriundo de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nos 2.445/88 e 2.449/88 e o direito à restituição da diferença entre os valores pagos com base nos aludidos decretos e aqueles devidos de acordo com a Lei.

No âmbito de ação rescisória apresentada pela Fazenda Pública foi confirmada em março de 2010 a decisão transitada em julgado em Mandado de Segurança que reconheceu a imunidade da Companhia quanto à COFINS até o ano de 2001. A Companhia pleiteia em ação específica a restituição dos valores pagos no período de abril de 1992 a junho de 1996. O processo transitou em julgado reconhecendo o direito da Companhia à restituição do indébito. O valor atualizado do processo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 193.272 e a Companhia utilizará o crédito de acordo com as previsões legais.

11. Ativos e passivos financeiros setoriais

a) Ativos e passivos financeiros setoriais

A regulamentação do setor de energia elétrica implicou, dentro outras alterações, na constituição de ativos e passivos regulatórios, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre esses ativos e passivos.

b) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização. À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado.

c) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

Programas sociais e governamentais

A Companhia, consciente de sua atuação socialmente responsável, prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social.

Quota parte de energia nuclear

Em 9 de dezembro de 2009, a Lei nº 12.111/2009 alterou a regulamentação referente à comercialização da energia proveniente da Eletronuclear, estabelecendo que, a partir de 1º de janeiro de 2013, o pagamento à Eletronuclear da receita decorrente da geração da energia de Angra 1 e 2 será rateado entre todas as Outorgadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN. A tarifa dessa energia proveniente da Eletronuclear calculada e homologada anualmente pela ANEEL.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Adicionalmente, o art. 12 da Lei nº 12.111/2009 autoriza a Eletronuclear a repassar para Furnas, entre 2013 e 2015, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa praticada pela Eletronuclear e a tarifa de referência. Os saldos remanescentes estão classificados como “outros” em demais ativos regulatórios.

Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

Diferimento ou ressarcimento de reposição tarifária

A ANEEL autorizou a Ampla, por meio da Resolução Homologatória nº 2.023, de 8 de março de 2016, a aplicar em suas tarifas de fornecimento, a partir de 15 de março de 2016, o reajuste tarifário percebido pelo consumidor foi de 7,38%, sendo 3,25% relativos ao reajuste tarifário anual econômico, 7,81% relativos aos componentes financeiros entrantes e -3,68% relativos aos componentes financeiros retirados do ano anterior. O principal componente financeiro foi a CVA, que representa um total de R\$ 398.449, sendo composta por 2 parcelas: (i) a CVA em processamento no valor de R\$ 394.581 e, (ii) o saldo a compensar da CVA de períodos anteriores no valor de R\$ 3.868.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das contas de ativos regulatórios, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos regulatórios	31/12/2016	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	31/12/2017	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	94.964	1.101.695	(972.469)	(146.909)	85.776	163.057	854	162.203	124.918	38.139
Aquisição de Energia - (CVA energia)	84.038	753.735	(817.506)	(120.927)	262.840	162.180	-	162.180	124.184	37.996
Proinfa	249	-	(679)	(192)	622	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	5.816	38.202	(8.949)	(886)	(33.338)	845	298	547	734	111
Transporte de Energia - Itaipu	4.861	6.534	(4.310)	91	(7.176)	-	556	(556)	-	-
ESS	-	287.590	(100.008)	(25.264)	(162.286)	32	-	32	-	32
CDE	-	15.634	(41.017)	269	25.114	-	-	-	-	-
Demais ativos regulatórios	109.569	38.681	(150.503)	10.862	75.900	84.509	10.638	73.871	84.509	-
Majoração PIS/Cofins	56.256	(41.733)	-	-	73	14.596	-	14.596	14.596	-
Neutralidade da Parcela A	33.594	107.440	(53.244)	2.668	(9.456)	81.002	3.155	77.847	81.002	-
Sobrecontratação de Energia	-	20.416	(83.289)	8.194	54.679	-	7.483	(7.483)	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	16.107	(33.028)	-	-	16.921	-	-	-	-	-
Outros	3.612	(14.414)	(13.970)	-	13.683	(11.089)	-	(11.089)	(11.089)	-
Total ativos regulatórios	204.533	1.140.376	(1.122.972)	(136.047)	161.676	247.566	11.492	236.074	209.427	38.139

A movimentação das contas de passivos regulatórios, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos regulatórios	31/12/2016	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	31/12/2017	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	200.816	1.031.360	(1.136.441)	(103.184)	85.775	78.326	52.858	25.468	67.909	10.417
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	665.427	(840.758)	(88.396)	263.727	-	25.233	(25.233)	-	-
Proinfa	-	902	(1.345)	994	(266)	285	285	-	285	-
Transporte Rede Básica	-	36.794	(3.173)	(283)	(33.338)	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	7.087	(43)	316	(7.176)	184	-	184	34	150
ESS	175.391	244.672	(216.905)	(23.260)	(162.286)	17.612	17.736	(124)	17.612	-
CDE	25.425	76.478	(74.217)	7.445	25.114	60.245	9.604	50.641	49.978	10.267
Demais passivos regulatórios	64.200	96.182	(109.330)	(956)	75.901	125.997	1.086	124.911	66.187	59.810
Majoração PIS/Cofins	-	(73)	-	-	73	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	-	69.617	(33.934)	2.713	(9.456)	28.940	-	28.940	-	28.940
Sobrecontratação de Energia	64.200	18.883	(50.933)	(3.669)	54.679	83.160	-	83.160	64.783	18.377
Devoluções Tarifárias	-	7.755	(24.463)	-	30.605	13.897	-	13.897	1.404	12.493
Outros	-	-	-	-	-	-	1.086	(1.086)	-	-
Total passivos regulatórios	265.016	1.127.542	(1.245.771)	(104.140)	161.676	204.323	53.944	150.379	134.096	70.227

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

Descrição	Valor Bruto em						Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas	
	31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reclassificação	Reavaliação								31/12/2017
Ativo imobilizado em serviço														
Distribuição	8.809.418	-	(70.487)	1.325.726	(1.497)	-	10.063.160	1.255.239	(4.142.113)	5.921.047	5.020.396	(601.988)	174.496	(427.492)
Terrenos	31.058	-	-	5.327	-	-	36.385	5.327	-	36.385	31.058	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	117.202	-	-	49.030	(2.620)	-	163.612	49.030	(94.592)	69.020	24.657	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	8.651.350	-	(70.011)	1.268.575	1.100	-	9.851.014	1.198.564	(4.042.001)	5.809.013	4.960.438	(601.988)	174.496	(427.492)
Veículos	2.480	-	(476)	-	1	-	2.005	(476)	(2.005)	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	7.328	-	-	2.794	22	-	10.144	2.794	(3.515)	6.629	4.243	-	-	-
Administração	158.404	-	(749)	5.534	-	-	163.189	4.785	(124.396)	38.793	38.963	-	-	-
Terrenos	1.702	-	-	-	-	-	1.702	-	-	1.702	1.702	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	11.905	-	-	-	-	-	11.905	-	(5.855)	6.050	6.399	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	100.247	-	-	5.170	-	-	105.417	5.170	(76.941)	28.476	27.930	-	-	-
Veículos	2.765	-	(749)	-	-	-	2.016	(749)	(1.889)	127	185	-	-	-
Móveis e Utensílios	41.785	-	-	364	-	-	42.149	364	(39.711)	2.438	2.747	-	-	-
Total do ativo imobilizado em serviço	8.967.822	-	(71.236)	1.331.260	(1.497)	-	10.226.349	1.260.024	(4.266.509)	5.959.840	5.059.359	(601.988)	174.496	(427.492)
Ativo imobilizado em curso														
Distribuição	941.389	1.026.079	-	(1.325.726)	(1.403)	-	640.339	(299.647)	-	640.339	941.387	(94.525)	-	(94.525)
Máquinas e Equipamentos	794.219	899.580	-	(1.268.575)	(6.769)	-	418.455	(368.995)	-	418.455	794.217	(94.525)	-	(94.525)
Outros	147.170	126.499	-	(57.151)	5.366	-	221.884	69.348	-	221.884	147.170	-	-	-
Administração	17.373	4.621	-	(5.534)	(600)	-	15.860	(913)	-	15.860	17.373	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	13.174	3.010	-	(5.170)	(598)	-	10.416	(2.160)	-	10.416	13.174	-	-	-
Outros	4.199	1.611	-	(364)	(2)	-	5.444	1.247	-	5.444	4.199	-	-	-
Total do ativo imobilizado em curso	958.762	1.030.700	-	(1.331.260)	(2.003)	-	656.199	(300.560)	-	656.199	958.760	(94.525)	-	(94.525)
Total do ativo imobilizado	9.926.584	1.030.700	(71.236)	-	(3.500)	-	10.882.548	959.464	(4.266.509)	6.616.039	6.018.119	(696.513)	174.496	(522.017)

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição da conta máquinas e equipamentos da atividade de distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e equipamentos	Valor bruto em				Valor Bruto em 31/12/2017	Adições líquidas = (A)+(B)
	31/12/2016	Baixas (A)	Transferências (B)	Reclassificação		
AIS Bruto	8.651.350	(70.011)	1.268.575	1.100	9.851.014	1.198.564
Transformador de Distribuição	1.275.123	9.520	121.968	(91.000)	1.315.611	131.488
Medidor	1.598.187	40.231	106.574	(95.423)	1.649.569	146.805
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	130.510	-	8.838	113.009	252.357	8.838
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	3.291.228	(70.675)	655.651	(51.748)	3.824.456	584.976
Redes Alta Tensão (69 kV)	157.539	45.770	12.516	(97)	215.728	58.286
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	280.783	44.016	27.509	1.364	353.672	71.525
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	208	259	467	208
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	92.191	190	13.697	16.313	122.391	13.887
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	327.940	(3.629)	63.550	65.842	453.703	59.921
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	612.719	(18.043)	76.122	123.669	794.467	58.079
Demais máquinas e equipamentos	885.130	(117.391)	181.942	(81.088)	868.593	64.551
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(488.590)	-	(113.398)	-	(601.988)	(113.398)
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(8.606)	-	(50.081)	-	(58.687)	(50.081)
Outros	(479.984)	-	(63.317)	-	(543.301)	(63.317)
Originadas da Receita	(44.600)	-	-	-	(44.600)	-
Outros	(44.600)	-	-	-	(44.600)	-
Outros	(435.384)	-	(63.317)	-	(498.701)	(63.317)

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2017			31/12/2016
		Valor bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição		10.063.160	(4.142.113)	5.921.047	4.687.196
Custo Histórico	5,78%	7.527.669	(2.420.261)	5.107.408	3.902.679
Correção Monetária Especial	4,74%	321.695	(130.719)	190.976	19.260
Reavaliação	5,78%	2.213.796	(1.591.133)	622.663	765.257
Administração		163.189	(124.396)	38.793	38.963
Custo Histórico	7,45%	101.071	(63.252)	37.819	37.751
Correção Monetária Especial	8,75%	9.744	(9.488)	256	256
Reavaliação	7,75%	52.374	(51.656)	718	956
Total do ativo imobilizado em serviço		10.226.349	(4.266.509)	5.959.840	4.726.159
Em curso					
Distribuição		640.339	-	640.339	812.332
Administração		15.860	-	15.860	17.373
Total do ativo imobilizado em curso		656.199	-	656.199	829.705
Total do ativo imobilizado		10.882.548	(4.266.509)	6.616.039	5.555.864

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso	Material e equipamentos	Serviços de terceiros	Mão de obra própria	Outros gastos	Total
Terrenos	282	39	5	3.498	3.824
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	(1.969)	36.857	1.136	1.014	37.038
Máquinas e equipamentos	317.942	481.231	46.899	56.518	902.590
Móveis e utensílios	3.665	(83)	66	1	3.649
Veículos	454	-	-	-	454
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	(33)	-	-	-	(33)
Material em depósito	51.257	-	-	-	51.257
Compras em andamento	22.392	-	-	-	22.392
Adiantamentos a fornecedores	-	8.318	-	-	8.318
Depósitos judiciais	-	-	-	1.211	1.211
	-	-	-	-	
Total das adições do ativo imobilizado em curso	393.990	526.362	48.106	62.242	1.030.700

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 2012, são as seguintes:

Taxas anuais de depreciação (%)

Distribuição

Barra de capacitores	5,00%
Chave de distribuição	3,33%
Condutor do sistema	2,70%
Estrutura do sistema	3,57%
Regulador de tensão	3,45%
Transformador	2,86%

Administração central

Equipamento geral	6,25%
Software	20,00%

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada a sua aplicação.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	R\$
1. CLASSE DE TENSÃO INFERIOR A 69kV COBRE ISOLADO EPR	21.583
2. TORRES METÁLICAS DE AÇO PARA LTS	12.937
3. FAIXA DE SERVIDÕES 1.388.324,M²	12.613
4. CHAVE SEC 15KV 400A TRI MOTOR GÁS(SF6)	9.161
5. SUBESTAÇÃO UNIT ANT ATÉ 138KV ANT ATÉ 13,8KV ANT A	8.746
6. CONDUTOR AL PROT XLPE 185 MM² MONO	8.427
7. CONDUTOR AL NU MONO	8.300
8. POSTE DT CONC 11M 400DAN	8.240
9. CHAVE FUSIVEL 15KV 400A TRI MOTOR GÁS(SF6)	7.454
10. MEDIDOR EN ATIVA E REAT TRI	7.233

As dez principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	R\$
1. MEDIDOR ELETROMECAÂNICO EN TRI	(31.682)
2. MÓDULO DE MEDIDA	(18.135)
3. TRAFOS DIST;AÉR;13,8kV;220/127V;75KVA;TRIF/TRIP;CON	(11.572)
4. MEDIDOR ELETRÔNICO EN MON	(10.903)
5. MÓDULO DE MEDIDA	(10.790)
6. MEDIDOR ELETROMECAÂNICO EN BI	(7.149)
7. TRAFOS DIST;AÉR;13,8kV;220/127V;10KVA;BIFÁS;CON	(7.002)
8. TRAFOS DIST;AÉR;13,8kV;220/127V;45KVA;TRIF/TRIP;CO	(6.687)
9. MEDIDOR ELETRÔNICO EN BI	(5.952)
10. CONCENTRADOR SECUNDÁRIO	(5.922)

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível

Descrição	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Transferências (B)	Reclassificação (C)	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)+(B)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Ativo intangível em serviço									
Distribuição	189.377	-	17.309	15.352	222.038	17.309	(79.305)	142.733	112.892
Servidões	77.172	-	16.642	(465)	93.349	16.642	-	93.349	77.172
Softwares	81.832	-	667	15.817	98.316	667	(78.217)	20.099	6.435
Outros	30.373	-	-	-	30.373	-	(1.088)	29.285	29.285
Administração	115.799	-	29.200	(15.553)	129.446	29.200	(87.946)	41.500	40.988
Servidões	-	-	15.965	(15.965)	-	15.965	-	-	-
Softwares	114.630	-	13.235	412	128.277	13.235	(87.940)	40.337	39.825
Outros	1.169	-	-	-	1.169	-	(6)	1.163	1.163
Total do ativo intangível em serviço	305.176	-	46.509	(201)	351.484	46.509	(167.251)	184.233	153.880
Ativo intangível em curso									
Distribuição	626	38.307	(17.309)	218	21.842	20.998	-	21.842	626
Servidões	-	16.368	(16.642)	275	1	(274)	-	1	-
Softwares	581	21.939	(667)	(57)	21.796	21.272	-	21.796	581
Outros	45	-	-	-	45	-	-	45	45
Administração	34.730	31.040	(29.200)	1.785	38.355	1.840	-	38.355	34.730
Servidões	-	-	(15.965)	15.965	-	(15.965)	-	-	-
Softwares	34.721	31.040	(13.235)	(14.180)	38.346	17.805	-	38.346	34.721
Outros	9	-	-	-	9	-	-	9	9
Total do ativo intangível em curso	35.356	69.347	(46.509)	2.003	60.197	22.838	-	60.197	35.356
Total do ativo intangível	340.532	69.347	-	1.802	411.681	69.347	(167.251)	244.430	189.236

Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, de acordo com definições da ANEEL para fins tarifários. Como resultado da utilização desse critério, o total do ativo intangível será amortizado de forma linear e limitado ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia. Esse intangível é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e da provisão para redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo intangível	31/12/2017			31/12/2016
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço				
Distribuição		222.038	(79.305)	142.733
Custo Histórico	20,00%	135.497	(60.012)	75.485
Correção Monetária Especial		955	-	955
Reavaliação	20,00%	85.586	(19.293)	66.293
Administração		129.446	(87.946)	41.500
Custo Histórico	20,00%	107.095	(66.139)	40.956
Correção Monetária Especial	20,00%	1.071	(1.071)	-
Reavaliação	20,00%	21.280	(20.736)	544
Total do ativo intangível em serviço		351.484	(167.251)	184.233
Em curso				
Distribuição		21.842	-	21.842
Administração		38.355	-	38.355
Total do ativo intangível em curso		60.197	-	60.197
Total do ativo intangível		411.681	(167.251)	244.430

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Fornecedores

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Suprimento de energia elétrica		
Compra de Energia	491.648	313.434
Encargo de uso da rede	42.383	15.170
Partes relacionadas (vide Nota 18)	14.010	1.464
Materiais e serviços	352.488	358.952
Total	900.529	689.020
Circulante	900.125	688.858
Não circulante	404	162

15. Obrigações fiscais

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Imposto de renda e contribuição social - retidos na fonte	2.800	3.924
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	56.226	55.973
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	42.834	39.157
Programa de integração social - PIS	8.856	8.458
Imposto sobre serviços - ISS	3.847	4.770
INSS s/ terceiros	7.407	10.574
Outros	2.767	1.445
Total	124.737	124.301

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Empréstimos, financiamentos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>Início</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Tipo de Amortização</u>	<u>Encargos Financeiros</u>
Empréstimos						
Citibank N.A	125.400	126.054	06/01/2016	24/12/2018	Bullet	LIBOR + 2,40%
Itaú BBA International PLC	255.433	-	05/07/2017	05/07/2021	Bullet	4,21%
Santander Chile	253.905	250.050	07/03/2016	07/03/2019	Bullet	LIBOR + 1,53%
Empréstimos	634.738	376.104				
Financiamentos						
BNDES (Capex 2011)	35.619	45.795	15/08/2011	15/06/2021	Mensal	8,7%
BNDES (Capex 2011)	10.020	29.593	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	TJLP + 2,96%
BNDES (Capex 2011)	9.936	29.605	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	TJLP + 3,96%
BNDES (Capex 2012-2013)	44.780	53.047	16/08/2013	15/05/2023	Mensal	3,0%
BNDES (Capex 2012-2013)	60.551	83.845	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	TJLP + 2,80%
BNDES (Capex 2012-2013)	60.578	83.879	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	TJLP + 3,80%
BNDES (Capex 2012-2013)	1.566	2.066	16/08/2013	15/12/2020	Mensal	TJLP
BNDES (Capex 2014-2015)	38.423	44.758	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	9,5%
BNDES (Capex 2014-2015)	113.104	140.027	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	TJLP + 3,10%
BNDES (Capex 2014-2015)	133.131	151.392	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	SELIC + 3,18%
BNDES A1- ITAÚ	109.966	-	25/10/2017	15/08/2022	Anual	IPCA + 8,24%
BNDES B1- ITAÚ	78.285	-	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	TJLP + 4,15%
BNDES C1- ITAÚ	12.620	-	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	TJLP + 4,15%
BNDES A2- BRADESCO	70.359	-	25/10/2017	15/08/2022	Anual	IPCA + 8,24%
BNDES B2- BRADESCO	50.105	-	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	TJLP + 4,15%
BNDES C2- BRADESCO	8.078	-	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	TJLP + 4,15%
BNDES A3- SANTANDER	50.563	-	25/10/2017	15/08/2022	Anual	IPCA + 8,24%
BNDES B3- SANTANDER	36.345	-	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	TJLP + 4,15%
BNDES C3- SANTANDER	5.822	-	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	TJLP + 4,15%
Financiamentos	929.851	664.007				
Partes relacionadas						
Enel Brasil (vide nota 20)	936.119	1.211.976	29/12/2015	10/12/2019	Variável	CDI + 1,65% a 2,75%
Empréstimos com partes relacionadas	936.119	1.211.976				
Total de empréstimos e financiamentos	2.500.708	2.252.087				
Resultado das operações de Swap	46.972	65.809				
Total de empréstimos e financiamentos	2.547.680	2.317.896				
Circulante	1.090.025	373.422				
Não circulante	1.410.683	1.878.665				

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Segue movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	370.313	1.505.670	3.109	372.995	2.252.087
Captações	-	1.293.455	-	250.000	1.543.455
Varição monetária	-	4.827	-	5.699	10.526
Encargos provisionados	248.424	-	18.531	-	266.955
Transferências	694.980	(694.980)	126.977	(126.977)	-
Amortizações	(308.668)	-	-	-	(308.668)
Encargos pagos	(48.051)	-	(14.038)	-	(62.089)
Ajuste a valor de mercado	-	-	(1.552)	(6)	(1.558)
Capitalizações	-	(1.200.000)	-	-	(1.200.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	956.998	908.972	133.027	501.711	2.500.708

Abaixo segue as condições contratuais:

Contratos	Objeto	Valor Total	Desembolsado	Garantias
<u>Empréstimos</u>				
Citibank N.A	Capital de Giro	150.000	100%	-
Santander Chile	Capital de Giro	277.718	100%	Fiança
Itaú BBA International PLC	Capital de Giro	250.000	100%	Enel Brasil
<u>Financiamentos</u>				
BNDES Capex 2011	Financiamento do CAPEX 2010/2011	331.397	97%	Recebíveis
BNDES Capex 2012-2013	Financiamento do CAPEX 2012/2013	450.171	79%	Recebíveis
BNDES Capex 2014-2015	Financiamento do CAPEX 2014/2015	476.613	24%	Recebíveis
BNDES A1- ITAÚ	Financiamento do CAPEX 2016/2017	127.265	85%	Recebíveis
BNDES B1- ITAÚ	Financiamento do CAPEX 2016/2017	91.605	85%	Recebíveis
BNDES C1- ITAÚ	Financiamento do CAPEX 2016/2017	25.870	49%	Recebíveis
BNDES A2- BRADESCO	Financiamento do CAPEX 2016/2017	81.449	85%	Recebíveis
BNDES B2- BRADESCO	Financiamento do CAPEX 2016/2017	58.627	85%	Recebíveis
BNDES C2- BRADESCO	Financiamento do CAPEX 2016/2017	16.557	49%	Recebíveis
BNDES A3- SANTANDER	Financiamento do CAPEX 2016/2017	58.542	85%	Recebíveis
BNDES B3- SANTANDER	Financiamento do CAPEX 2016/2017	42.138	85%	Recebíveis
BNDES C3- SANTANDER	Financiamento do CAPEX 2016/2017	11.900	49%	Recebíveis
<u>Partes relacionadas</u>				
Enel Brasil	Empréstimo subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	1.349.793	100%	-
Enel Brasil	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	717.965	100%	-

Contratos	Obrigações especiais financeiras	Limite	Periodicidade de Apuração dos índices
BNDES 2011	Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Semestral
BNDES 2011	Endividamento Financeiro Líquido / (PL + Endividamento Financeiro Líquido) (máximo)	0,60	Semestral
BNDES 2012 e 2014	Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDES 2012 e 2014	Endividamento Financeiro Líquido/ (PL + Endividamento Bancário Líquido) (máximo)	0,60	Anual
CITIBANK N.A	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	3,50	Trimestral
CITIBANK N.A	Dívida Financeira Líquida / (Dívida Financeira Líquida + PL) (máximo)	0,60	Trimestral
ITAÚ BBA INTERNATIONAL PLC	Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Semestral
ITAÚ BBA INTERNATIONAL PLC	Endividamento Financeiro Líquido / (PL + Endividamento Financeiro Líquido) (máximo)	0,60	Semestral

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e empréstimo com Citibank N.A, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2017.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

31/12/2017				
2019	2020	2021	Após 2021	Total não Circulante
662.773	208.305	427.486	112.119	1.410.683

Debêntures

	31/12/2017	31/12/2016	Emissão	Vencimento		Remuneração	Tipo de amortização	Quantidade de títulos
				Inicial	Final			
2ª série - 6ª emissão	-	183.131	15/06/2011	15/06/2016	15/06/2018	IPCA + 7,90% a.a.	Anual	18.300
1ª série - 7ª emissão	-	50.302	15/06/2012	15/06/2016	15/06/2017	CDI + 1,02% a.a.	Anual	10.000
2ª série - 7ª emissão	-	424.769	15/06/2012	15/06/2017	15/06/2019	IPCA + 6,00% a.a.	Anual	30.000
1ª série - 8ª emissão	-	160.903	07/07/2014	07/07/2017	07/07/2019	CDI + 1,45% a.a.	Anual	15.000
2ª série - 8ª emissão	-	160.903	07/07/2014	15/07/2017	07/07/2019	CDI + 1,45% a.a.	Anual	15.000
1ª série - 9ª emissão	601.630	-	11/12/2017	15/12/2017	15/12/2020	114% CDI	Bullet	600.000
(-) Custo a amortizar	<u>(3.108)</u>	<u>(2.765)</u>						
Total sem efeito de swap	<u>598.522</u>	<u>977.243</u>						
Resultado das operações de swap	-	(787)						
Total de debêntures	<u>598.522</u>	<u>976.456</u>						
Circulante	1.630	416.131						
Não circulante	<u>596.892</u>	<u>560.325</u>						
	<u>598.522</u>	<u>976.456</u>						

Abaixo segue disposta a mutação das debêntures:

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2016	416.131	560.325	976.456
Amortização	(950.033)	-	(950.033)
Captação	-	600.000	600.000
Encargos provisionados	64.191	-	64.191
Encargos pagos	(105.478)	-	(105.478)
Varição monetária	-	12.943	12.943
Transferência de prazos	573.179	(573.179)	-
Transferência custo de transação	3.197	(3.197)	-
Constituição custo de transação	(3.197)	-	(3.197)
Apropriação custo de transação	2.853	-	2.853
Resultado de swap	787	-	787
Em 31 de dezembro de 2017	<u>1.630</u>	<u>596.892</u>	<u>598.522</u>

A Companhia está sujeita à manutenção dos seguintes índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas informações trimestrais, os quais foram atingidos em 31 de dezembro de 2017.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Obrigações especiais financeiras	Limites 9ª Emissão
Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	4,00
Dívida Financeira Líquida / (Dívida Financeira Líquida + Patrimônio Líquido) (máximo)	0,60

Curva de amortização das debêntures registradas no passivo não circulante sem os efeitos do swap:

	2020	Total
1ª série - 9ª emissão	600.000	600.000
(-) Custo de transação	(3.108)	(3.108)
Total a amortizar	596.892	596.892

17. Obrigações com benefícios pós-emprego (fundos de pensão)

A Companhia é patrocinadora de dois planos de previdência privada (Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA e Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV) que são administrados pela Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros, entidade fechada de previdência complementar constituída na forma da legislação pertinente, de caráter não econômico e sem fins lucrativos. O PCA, estruturado na modalidade de benefício definido, consiste em complementar aos seus participantes o benefício pago pela previdência oficial. O PACV, estruturado na modalidade de contribuição variável, tem por objetivo conceder benefícios com base no saldo acumulado pelo participante e patrocinadora.

As principais características dos planos administrados pela Companhia seguem relacionadas:

a) Plano de complementação de aposentadoria - PCA (Benefício Definido)

O custeio do plano é revisado anualmente em razão do resultado da avaliação atuarial preparados pela Brasiletros a fim de estabelecer o nível de contribuição necessário à constituição das reservas, fundos e provisões para garantia das obrigações do plano.

- **Patrocinadora** - contribui com 2,64% da folha de salários para cobertura dos benefícios acrescido de parcela mensal correspondente a R\$ 187 para cobertura das despesas administrativas;
- **Participantes ativos** - contribuição com base em percentuais cumulativos, que variam de 1,75% a 10%, em função da faixa salarial e teto da previdência social, acrescido de contribuição fixa de 1,10% sobre o salário;
- **Participantes assistidos** - contribuição com base em percentuais cumulativos, variando de 1,75% a 10%, em função do valor complemento de aposentados da faixa salarial e teto da previdência social.

Em 31 de dezembro de 2001, a Companhia reconheceu o déficit atuarial no montante de R\$ 118.221 de acordo com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. O déficit foi

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

suportado por contrato celebrado em 01 de janeiro de 2002 junto à Brasiletros, onde ficou estabelecido o prazo de 20 anos para amortização, com carência de 2 anos e meio e reajuste do saldo devedor em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais anuais. Para a posição de 31 de dezembro de 2016, o valor atualizado desse compromisso é de R\$ 248.543, de acordo avaliação atuarial preparada pela Brasiletros.

b) Plano de aposentadoria de contribuição variável - PACV (Contribuição Definida)

- **Patrocinadora** - contribuição média de 6,40% da folha de salários dos participantes ativos não elegíveis ao recebimento do benefício pleno oferecido pelo plano, dos quais 4,89% são destinados à cobertura dos benefícios e 1,51% destinados à cobertura das despesas administrativas.
- **Participantes ativos** - contribuição a partir de 2% do salário, conforme previsão regulamentar, sendo o percentual médio de contribuição observado a partir da população ativa equivalente a 5,13% da folha de salários dos participantes ativos.

A Companhia firmou dois contratos de dívida junto à Brasiletros nos anos de 2012 e 2013, nos montantes de R\$ 3.498 e R\$ 9.861, respectivamente, para compensar o acréscimo das provisões matemáticas dos participantes que se encontravam na condição de ativo no plano em 31 de dezembro de 2006 em função da alteração da hipótese de crescimento real dos benefícios de -1,5% para 0%a.a. que refletiu na redução da expectativa de recebimento do benefício vitalício.

Em função da situação deficitária registrada no plano em 2014 e a necessidade de restabelecer seu equilíbrio, a Companhia assumiu integralmente as obrigações decorrentes do resultado apurado no montante de R\$ 47.684 que foi objeto de contrato de confissão de dívida assinado em 30 de janeiro de 2015, com prazo de amortização de 15 anos e cláusula de revisão atuarial, onde o saldo devedor será revisto ao final de cada ano, em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais.

Atualmente, os saldos dos contratos de confissão de dívida assumidos pela a Companhia com o PACV totaliza a quantia de R\$ 90.214, de acordo com avaliação atuarial preparada pela Brasiletros.

c) Plano de Assistência Médica dos Aposentados (PAMA)

A Companhia tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da Companhia até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela Companhia e pelo usuário.

d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria

A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria assegurando o pagamento de importância equivalente a, no mínimo, 40% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao Aviso Prévio do empregado, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

Terão direito o benefício apenas os empregados que tenham adquirido o mínimo de 70% do tempo de serviço na Companhia.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 492.442 (R\$ 493.335 em 31 de dezembro de 2016), corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (Funding) Mínimo e sua Interação, no montante total do passivo, estão inclusos os contratos de dívida atuariais que a Companhia assinou junto a Brasiletros, tendo em vista equacionar os déficits de ambos os planos PCA e PACV, já que a patrocinadora assume as responsabilidades desses planos de acordo com a legislação vigente.

Análise da obrigação atuarial

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação e do valor justo dos ativos dos planos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>		<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Valor presente da obrigação atuarial no início do período	1.189.407	1.029.004	Valor justo dos ativos do plano no início do período	771.966	656.657
Custo dos serviços correntes	2.321	1.934	Retorno esperado dos ativos do plano	92.061	90.605
Custos dos juros	137.959	138.053	contribuições recebidas de participantes do plano	27	24
Contribuição de participantes do plano	27	24	Contribuições do empregador	76.393	74.572
Perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	38.101	131.243	Benefícios pagos pelo plano	(105.472)	(110.851)
Benefícios pagos pelo plano	(105.472)	(110.851)	Perdas atuariais sobre os ativos do plano	31.428	60.959
Valor presente da obrigação atuarial ao final do período	<u>1.262.343</u>	<u>1.189.407</u>	Valor justo dos ativos do plano ao final do período	<u>866.403</u>	<u>771.966</u>

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Valor presente das obrigações atuariais	1.262.343	1.189.407
Valor justo dos ativos	<u>(866.403)</u>	<u>(771.966)</u>
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	395.940	417.441
Passivo atuarial líquido	395.940	417.441
Efeito do reconhecimento de dívidas contratadas	96.502	75.894
Passivo atuarial líquido apurado	<u>492.442</u>	<u>493.335</u>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Despesa reconhecida nas demonstrações do resultado

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Custo do serviço corrente bruto	2.348	1.958
Contribuições de participante	(27)	(24)
Custo do serviço líquido	<u>2.321</u>	<u>1.934</u>
Juros sobre a obrigação atuarial	137.959	138.053
Rendimento esperado dos ativos no ano	(92.061)	(90.605)
Juros líquidos sobre o passivo	<u>45.898</u>	<u>47.448</u>
Total reconhecido na DRE	<u>48.219</u>	<u>49.382</u>

Valores totais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Perda sobre as obrigações atuariais	38.101	131.243
Ganho sobre os ativos	(31.428)	(60.959)
Varição no ajuste para reconhecimento de dívida	20.610	(43.392)
Montante reconhecido no período em ORA	<u>27.283</u>	<u>26.892</u>

Retorno real dos ativos dos planos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Retorno esperado sobre os ativos do plano	92.062	90.605
Ganho atuarial sobre os ativos do plano	31.428	60.959
Retorno real sobre os ativos dos planos	<u>123.490</u>	<u>151.564</u>

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo foram:

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<u>Principais Premissas Atuariais</u>	<u>PCA</u>	<u>PACV</u>	<u>Plano Médico</u>	<u>Plano FGTS</u>
Taxa de desconto	9,72%	9,78%	9,36%	9,31%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	9,72%	9,78%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	7,38%	7,38%	N/A	7,38%
Taxa de inflação esperada	4,25%	4,25%	4,25%	4,25%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,25%	4,25%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

18. Partes relacionadas

Natureza da Operação	31/12/2017				31/12/2016			31/12/2016
	Ativo circulante (*)	Passivo circulante (*)	Passivo não circulante	Receita (despesa)	Ativo circulante (*)	Passivo circulante (*)	Passivo não circulante	Receita (despesa)
Fundo de pensão (a)	-	-	492.442	(48.219)	-	-	493.335	(49.382)
Enel Cien S.A. (b)	-	582	-	(3.641)	-	336	-	(3.053)
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. (c)	-	473	-	(2.941)	-	623	-	(6.869)
Enel Soluções S.A. (d)	147	3.185	-	(9.265)	79	505	-	404
Enel Brasil (e)	1.202	757.334	178.785	(191.527)	2.356	187.126	1.024.850	(171.986)
Enel Green Power (f)	-	96	-	(1.224)	-	-	(1.349)	(1.349)
Enel Distribuzione (g)	-	3.110	-	-	-	-	-	-
Enel Itália (g)	-	6.564	-	(2.119)	-	-	-	-
Enel Brasil S.A. (h)	-	21.758	-	-	-	21.758	-	-
Enel Américas S.A.(h)	-	24.479	-	-	-	24.479	-	-
Enel Iberoamérica (g)	-	-	-	(37)	-	-	-	-
Total de transações com partes relacionadas	1.349	817.581	671.227	(258.973)	2.435	234.827	1.516.836	(232.235)
(-) Plano de previdência privada - Fundação Brasiletros	-	-	(492.442)	(48.219)	-	-	(493.335)	(49.382)
Total	1.349	817.581	178.785	(307.192)	2.435	234.827	1.023.501	(281.617)

* Esses valores são classificados como consumidores (Nota 8), fornecedores (Nota 14), empréstimos, financiamentos, debêntures (Nota 16), e fundos de pensão (Nota 17)

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

- Fundação Ampla de Seguridade Social – BRASILETROS: Para maiores detalhes, vide Nota 21.A Companhia realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da Companhia, classificados como “Benefício Definido” e “Contribuição Definida”;
- Enel Cien S.A. Despesas com a Rede Básica no período, que tem seus contratos homologados pela ANEEL mediante despacho;
- Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.: Até 11 de julho de 2017, os saldos contábeis refletem as operações de compra de energia por parte da Companhia oriundos de leilão CCEAR 15º LEE 2015 ou MCSD 15º LEE 2015. A partir desta data, a movimentação contábil decorre dos efeitos da compensação financeira, celebrada nos moldes da Resolução Normativa nº 711/2016 da Aneel, correspondente a rescisão bilateral do contrato de comercialização de energia elétrica;
- Enel Soluções S.A. decorre de contratos por meio dos quais a Companhia arrecada e repassa à Enel Soluções valores cobrados aos seus clientes por meio de serviços que são prestados pela Companhia. Os passivos correspondem, substancialmente, a serviços de fiscalização de obra;
- Enel Brasil: mútuos contratados em 2016 e 2017 devido à necessidade de capital de giro da Companhia (Vide Nota 16);
- Enel Green Power: decorre de operações de compra de energia baseada em contratos de fornecimento homologados pela ANEEL, com Enel Green Power Parapanema e Enel Green Power Mourão;
- Enel Itália, Enel Distribuzione Spa e Enel Iberoamérica: tem como objeto das operações a manutenção de licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e também serviços associados ao projeto de telemando LATAM encerrando o período de dezembro de 2017 com um passivo em aberto de R\$ 9.674 (Enel Itália e Enel Distribuzione Spa) e uma despesas no valor de R\$ 37 (Enel Iberoamérica);
- Enel Brasil S.A e Enel Américas S.A: decorre dos dividendos a pagar referentes ao último exercício social, R\$ 21.758 e R\$ 24.479 respectivamente, a diferença para o saldo a pagar de dividendos no passivo circulante de R\$ 278 em dezembro de 2017 (R\$ 278 em dezembro de 2016), é referente aos dividendos a pagar para terceiros.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	31/12/2017			31/12/2016		
	Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante
	Encargo	Principal		Encargo	Principal	
Empréstimos com partes relacionadas						
Enel Brasil Mútuo Subordinado	-	-	168.929	-	-	1.024.850
Enel Brasil Mútuo Não Subordinado	39.370	717.964	9.856	25.275	161.851	-
Total de Empréstimos com partes relacionadas	39.370	717.964	178.785	25.275	161.851	1.024.850
	31/12/2017	31/12/2016				
Encargos de empréstimos com partes-relacionadas						
Enel Brasil Mútuo Subordinado	131.109	146.712				
Enel Brasil Mútuo Não Subordinado	57.614	25.274				
Total de Encargos de empréstimos com parte relacionada	188.723	171.986				

Remuneração da Administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia no semestre findo em 31 de dezembro de 2017 segue. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	31/12/2017	31/12/2016
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	1.712	2.406
Benefícios pós-emprego	213	230
Outros benefícios de longo prazo	305	284
Salários e encargos	3.912	4.297
Total	6.142	7.217

19. Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

	Saldo Acumulado	Adições	Reversões	Atualização	Liquidação	Saldo Acumulado
Trabalhistas (a)	247.451	55.688	(46.754)	41.257	(12.495)	285.147
Cíveis (b)	303.582	98.776	(81.113)	75.366	(77.287)	319.324
Fiscais (c)	28.332	2.401	-	5.426	(1.442)	34.717
Regulatório (d)	24.340	8.822	-	(81)	(7.165)	25.916
Total das provisões	603.705	165.687	(127.867)	121.968	(98.389)	665.104

a) Riscos trabalhistas

Englobam reclamações de ex-funcionários próprios e empregados de empresas terceirizadas que pleiteiam vínculo empregatício com a Companhia e posterior equiparação em direitos aos empregados desta ou eventuais verbas inadimplidas por suas empresas.

b) Riscos cíveis

Grande parte da provisão vinculada a processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais,

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

c) Riscos fiscais

Os principais riscos fiscais os quais a Companhia está exposta são:

O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 13.523 (R\$13.005 em 31 de dezembro de 2016).

Auto de Infração e Execução Fiscal apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro para cobrança de ICMS, relativos ao período de dezembro de 1996 a novembro de 1998 e novembro de 1998 a março de 1999, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia.

Provisões equivalentes a 40% e 20% das autuações fiscais, isto é, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 5.516, valor total do auto de R\$ 13.791, (R\$ 5.279 e R\$ 13.199 em 31 de dezembro de 2016, respectivamente) e de R\$ 523, valor total do auto R\$ 2.614 (R\$502 e R\$ 2.512 em 31 de dezembro de 2016, respectivamente).

d) Riscos regulatórios

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa 063/2004 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão.

Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento.

Contingências passivas com risco possível

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Trabalhistas	562.658	552.959
Cíveis	1.065.401	937.576
Fiscais	1.792.838	1.674.601
Juizados especiais	121.878	144.419
	<u>3.542.775</u>	<u>3.309.555</u>

Apresentamos, a seguir, os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Imposto de renda retido na fonte - Emissão de Fixed Rate Notes (FRN)

Auto de infração de 2005 lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de Fixed Rate Notes (FRN) emitidos pela Companhia em 1998. Na presente data a Companhia segue discutindo o tema por meio de ação judicial. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 1.241.027 (R\$ 1.192.018 em 31 de dezembro 2016).

COFINS

Execução fiscal originada de auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em 2003 para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro de 2001 a março de 2002. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 162.483 (R\$ 156.721 em 31 de dezembro de 2016).

Temas estaduais

No âmbito estadual, a Companhia discute, ainda, diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R\$ 209.553 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 200.337 em 31 de dezembro de 2016), e tratam de: (i) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; (ii) compensação de créditos; (iii) saída de bens para reparação; saídas de bens sem a tributação; e (iv) comparação entre informes gerenciais e livros fiscais e cancelamentos de meses anteriores.

A Companhia discute com o Estado do Rio de Janeiro a cobrança de multa formal decorrente de suposta inexatidão no preenchimento da Declaração Anual para o Índice de Participação dos Municípios ("DECLAN"), no valor atualizado em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 29.891 (R\$ 27.275 em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia discute ainda com o Estado do Rio de Janeiro a cobrança ICMS, originados da discussão dos consumidores com o Estado sobre a alíquota aplicável e sobre a incidência do ICMS na demanda contratada de energia, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 45.971.

Temas municipais

No âmbito municipal, a Companhia discute com os Municípios de Niterói, Rio Bonito e Rio das Ostras, temas referentes à Taxa de Uso de Solo e com o Município de Niterói referente à Taxa de empachamento, juntos somam o valor de R\$ 37.801 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 36.400 em 31 de dezembro de 2016). Quanto ao ISS há auto de infração lavrado pelo Município de Cabo Frio e execução fiscal apresentada pelo Município de Niterói, no montante de R\$ 11.840 e 2.167, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 11.403 e R\$ 2.046 em 31 de dezembro de 2016, respectivamente).

A Companhia discute com o Município de Rio Bonito em execução fiscal cobrança de Contribuição de Iluminação Pública no valor atualizado em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 37.594 (R\$ 34.693 em 31 de dezembro de 2016).

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A Companhia, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total atualizado até 31 de dezembro de 2017 de R\$ 14.510 (R\$ 13.708 em 31 de dezembro de 2016)

O Município de Magé ajuizou Execução Fiscal para cobrar multa por suposto recolhimento de ISS fora do prazo legal, no valor atualizado e provisionado de R\$ 1.128 em 31 de dezembro de 2017.

Depósitos vinculados a litígios

A Companhia possui alguns depósitos vinculados a ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Trabalhistas	187.393	176.008
Cíveis	47.900	40.199
Fiscais	1.217	7.118
Total	<u>236.510</u>	<u>223.325</u>

20. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

A composição destas obrigações:

Descrição	Depreciação -		Custo	Reavaliação	Total
	Taxa Média	Anual			
Em serviço			(428.546)	(173.442)	(601.988)
Participação da União, Estados e Municípios			(434)	(246)	(680)
Participação Financeira do Consumidor			(290.111)	(138.966)	(429.077)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido			(30.766)	(14.560)	(45.326)
Pesquisa e desenvolvimento			(15.435)	(3.554)	(18.989)
Outros			(91.800)	(16.116)	(107.916)
(-) Amortização Acumulada - AIS			114.570	59.926	174.496
Participação da União, Estados e Municípios	4,10%		160	94	254
Participação Financeira do Consumidor	4,10%		90.880	48.007	138.887
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	4,10%		9.682	5.030	14.712
Pesquisa e Desenvolvimento	4,10%		2.689	1.228	3.917
Outros	4,10%		11.159	5.567	16.726
Total			<u>(313.976)</u>	<u>(113.516)</u>	<u>(427.492)</u>

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Descrição	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Transferências (B)	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Obrigações especiais em serviço	(488.590)	-	(113.398)	(601.988)	(113.398)	(601.988)	(488.590)
Participação da União, Estados e Municípios	(680)	-	-	(680)	-	(680)	(680)
Participação Financeira do Consumidor	(384.575)	-	(44.501)	(429.076)	(44.501)	(429.076)	(384.575)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(40.293)	-	(5.033)	(45.326)	(5.033)	(45.326)	(40.293)
Pesquisa e Desenvolvimento	(18.442)	-	(547)	(18.989)	(547)	(18.989)	(18.442)
Outros	(44.600)	-	(63.317)	(107.917)	(63.317)	(107.917)	(44.600)
(-) Amortização acumulada - AIS	155.391	19.105	-	174.496	19.105	174.496	155.391
Participação da União, Estados e Municípios	356	25	-	381	25	381	356
Participação Financeira do Consumidor	107.806	14.392	-	122.198	14.392	122.198	107.806
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	20.590	1.547	-	22.137	1.547	22.137	20.590
Pesquisa e Desenvolvimento	4.415	854	-	5.269	854	5.269	4.415
Outros	22.224	2.287	-	24.511	2.287	24.511	22.224
Em curso	(129.056)	(78.867)	113.398	(94.525)	34.531	(94.525)	(129.056)
Participação da União, Estados e Municípios	(6.701)	-	-	(6.701)	-	(6.701)	(6.701)
Participação Financeira do Consumidor	-	(57.090)	44.501	(12.589)	(12.589)	(12.589)	-
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	(5.033)	5.033	-	-	-	-
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	(7.220)	5.033	-	(2.187)	5.033	(2.187)	(7.220)
Pesquisa e Desenvolvimento	-	(547)	547	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	(56.716)	(16.332)	-	(73.048)	(16.332)	(73.048)	(56.716)
Excedente de reativos	(58.419)	(4.898)	63.317	-	58.419	-	(58.419)
Total das obrigações especiais em serviço	(462.255)	(59.762)	-	(522.017)	(59.762)	(522.017)	(462.255)

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

Descrição do bem	R\$
1. Imob OE -AIC/AIS ReativoExcedente	(56.840)
2. Imob OE -AIC/AIS PortoAçu Set2017	(23.553)
3. Curso>Serviço OE_FAIXA DE SERVIDÕES 1.388.324,M²	(12.613)
4. Imob OE -AIC/AIS ReativoExcedente	(6.477)
5. Imob OE -AIC/AIS PartFinancCons-ObrasExtRedeSet17	(4.312)
6. Curso>Serviço OE_TERRENO UTILIZAÇÃO 19.594,M²	(3.483)
7. Transf.Curso>Serviço LPT Jan17 Ref.22/11/2013	(2.013)
8. Transf.Curso>Serviço LPT Jan17 Ref.08/01/2016	(1.510)
9. Transf. Curso>Serviço LPT Jan17 Ref.29/10/2014	(1.510)
10. Transf.Curso>Serviço P&D Mar17	(547)

Não ocorreram baixas de obrigações especiais no exercício.

21. Taxas regulamentares

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	31/12/2017	31/12/2016
Conta de desenvolvimento energético - CDE (Vide nota 9)	347.349	305.155
Programas de P&D e PEE	91.484	67.675
Outros	14.953	12.446
Total	453.786	385.276
Circulante	382.714	339.189
Não Circulante	71.072	46.087

Os valores apresentados no não circulante, são exclusivamente programa de pesquisa e desenvolvimento e programa de eficiência energética.

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

Está composto de ações sem valor nominal e assim distribuído:

Acionista	31/12/2017		
	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital	Milhares R\$
Enel Brasil S.A.	166.278.813	99,79	2.492.900
Outros	355.513	0,21	5.330
Total de ações em circulação	166.634.326	100,00	2.498.230

Em reunião do Conselho de Administração da acionista Enel Brasil S.A ocorrida em 23 de novembro de 2017 foi aprovado, dentro do limite do capital autorizado da referida Companhia, aumento de capital social. Em decorrência do referido aumento de capital foram emitidas novas ações, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas pela Enel Américas S.A. Parte do aumento aqui tratado foi integralizado mediante contribuição e transferência para a Enel Brasil S.A de 51.728.877 ações ordinárias de emissão da Ampla Energia e Serviços S.A, as quais foram devidamente avaliadas, conforme laudos de avaliação elaborados pelo BBVA Brasil Banco de Investimento S.A., na forma do artigo 8º da Lei nº 6.404/76.

As ações de emissão da Ampla transferidas à Enel Brasil S.A como parte da integralização do aumento de capital social mencionado acima representam a totalidade das ações que a Enel Américas S.A detinha na Ampla, de modo que a Enel Américas S.A, com a referida integralização, ocorrida em 23 de novembro de 2017, deixou de ser acionista da Ampla, tendo todas as suas ações passado para a titularidade da Enel Brasil S.A, que passou a deter 97.707.384 ações de emissão da Ampla, correspondentes a 99,64% das ações de emissão da Ampla.

Além disso, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$1.200.000.000 (um bilhão e duzentos milhões de reais), mediante a emissão de 68.571.429 novas ações ordinárias. O referido aumento foi integralmente subscrito e integralizado pela acionista

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Enel Brasil S.A, mediante a capitalização de créditos detidos por ela em face da Companhia, no mesmo montante do aumento de capital aprovado.

Conforme deliberado pelas Assembleias Gerais Extraordinárias das Sociedades, realizadas em 28 de setembro de 2016, a incorporação da Endesa Américas e da Chilectra Américas pela Enersis Américas teve efeito a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da outorga da referida Escritura, ou seja, 01 de dezembro de 2016, quando a totalidade do patrimônio de Endesa Américas e Chilectra Américas foi incorporado ao da Enersis Américas, sucedendo esta em todos os direitos e obrigações daquelas, que se dissolveram de pleno direito, sem necessidade de liquidação.

Adicionalmente, em 01 de dezembro de 2016, Enersis Américas S.A. teve sua denominação social alterada para Enel Américas S.A.. A Companhia reitera ao mercado brasileiro que a operação de incorporação das Sociedades no Chile não acarretou mudança no controle da Companhia.

b) Capital Social Autorizado

Na forma do disposto no artigo 168 da Lei 6.404/76, o Estatuto Social, em seu artigo 5º, parágrafo 1º, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), até o limite de R\$ 2.298.230.386,65 (dois bilhões, duzentos e noventa e oito milhões, duzentos e trinta mil, trezentos e oitenta e seis reais e sessenta e cinco centavos), mediante a emissão de ações ordinárias correspondentes. O aumento dar-se-á sem direito de preferência aos acionistas, nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

c) Reserva de capital

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Remuneração do imobilizado em curso	20.946	20.946
Reserva de ágio	2.308	2.308
	<u>23.254</u>	<u>23.254</u>

d) Reservas de lucros

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Reserva legal	113.379	113.379
Reserva de reforço de capital de giro	232.838	412.503
	<u>346.217</u>	<u>525.882</u>

(i) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. Em virtude dos prejuízos apurados pela a Companhia não foi destinado qualquer valor para a reserva legal.

(ii) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder 100% do montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 27, § 1º, IV do estatuto social da Companhia. Em virtude dos prejuízos apurados pela a Companhia não foi destinado qualquer valor para a reserva de capital de giro.

e) Reservas de reavaliação

Em atendimento à Resolução Normativa ANEEL nº396, de 23 de fevereiro de 2010, a Companhia registrou a título de reavaliação regulatória compulsória, o montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição ("VNR") do ativo imobilizado em serviço, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, oriundo da reavaliação regulatória compulsória efetuada, nos termos da legislação regulatória, em consonância com a última Revisão Tarifária e dos ciclos seguintes, a débito e a crédito das contas contábeis do subgrupo 132 – Ativo Imobilizado e subgrupo 223 - Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), respectivamente, de acordo com a natureza do saldo de cada conta, em contrapartida da conta contábil específica do subgrupo 243.01 – Patrimônio Líquido – Reserva de Reavaliação.

A realização é feita proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

f) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

g) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Receita

Descrição	Nº Consumidores		MWh Mil		31/12/2017	31/12/2016
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016		
Fornecimento - Faturado	2.663.469	2.610.248	8.695	9.062	6.301.337	6.440.531
Residencial	2.437.937	2.374.369	4.852	4.688	3.516.155	3.321.331
Industrial	3.979	4.317	361	638	295.101	488.650
Comercial	138.399	146.128	1.892	2.088	1.578.228	1.694.373
Rural	65.493	66.670	253	246	126.638	117.529
Poder público	14.071	15.341	492	514	374.383	400.922
Iluminação pública	1.744	1.727	551	549	268.383	250.050
Serviço público	1.846	1.696	294	339	142.449	167.676
Suprimento Faturado						
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	-	-	-	-	107.383	229.678
Fornecimento de energia elétrica	2.663.469	2.610.248	8.695	9.062	6.408.720	6.670.209
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	272	190	2.736	2.316	557.395	387.487
Consumidores Livres	260	178	2.313	1.888	484.887	310.125
Permissionárias	12	12	423	428	72.508	77.362
(-) Transferências	-	-	-	-	(4.898)	(17.341)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	(1.866)	(3.886)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	(3.032)	(13.455)
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-	-	-	256.331	(452.609)
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	557.941	(459.426)
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	(33.520)	45.439
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.	-	-	-	-	(268.090)	(38.622)
Serviços cobráveis	-	-	-	-	104.393	(18.017)
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	218.753	222.338
Total	2.663.741	2.610.438	11.431	11.378	7.540.694	6.792.067

24. Pessoal e Administradores

Despesa de pessoal	31/12/2017	31/12/2016
Remuneração	(95.496)	(107.778)
Encargos sociais	(38.303)	(31.290)
Provisão de férias e 13º salário	(13.953)	(15.841)
Plano de saúde	(6.272)	(5.178)
Previdencia privada	(13.690)	(12.851)
Auxílio alimentação e outros benefícios	(15.267)	(19.967)
Participação nos resultados	(9.706)	(9.219)
Outros	(8.470)	(11.072)
(-) Transferências para intangível em curso	60.551	51.683
Total	(140.606)	(161.513)

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

25. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada abaixo:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(314.268)	(314.268)	(490.455)	(490.455)
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 240/ano	10%	0%	10%	-
	78.591	28.284	122.638	44.141
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(3.787)	(1.462)	(9.556)	(3.582)
Incentivos e outros	(2.411)	(861)	1.465	535
Imposto de renda e contribuição social no resultado	72.393	25.961	114.547	41.094
Imposto de renda e contribuição social diferidos	72.393	25.961	114.547	41.094
Total	72.393	25.961	114.547	41.094

A seguir a composição dos tributos diferidos:

	31/12/2017	31/12/2016
Ativo não circulante		
Provisão para créditos de liquidação duvidosas	98.864	102.574
Provisão para perdas em estoque	30	63
Provisão para déficit previdenciário	183.551	174.278
Provisão para ações judiciais e regulatórias	226.136	205.259
SWAP - debêntures	20.379	24.944
Provisão para desativação	13.770	13.770
Outras provisões	139.568	81.728
	682.298	602.616
Passivo não circulante		
Reserva de reavaliação regulatória ("VNR")	255.588	283.541
SWAP - debêntures	4.412	234
	260.000	283.775
Total	422.298	318.841

Os valores dos ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, que poderão ser compensados com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% do lucro tributável do ano, serão realizados pela Companhia em um prazo não superior a 5 anos, considerando as melhores estimativas da Administração. Para o período superior a 5 anos a Companhia tem um diferido registrado referente a provisão de riscos, fundo de pensão e instrumentos financeiros.

Segue expectativa de realização:

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Ano de realização	31/12/2017	31/12/2016
2017	-	71.347
2018	6.013	102.352
2019	58.869	63.059
2020	87.556	39.608
2021	99.647	40.879
2022 a 2024	206.594	69.718
2025 a 2027	209.852	201.887
Total	668.531	588.850

26. Resultado financeiro

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	14.782	25.536
Acréscimos moratórios	79.527	88.019
Variações monetárias	23.477	16.482
Atualização credito de Pis/Cofins	148.060	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	123.770	180.231
Variação monetária de ativos e passivos financeiros setoriais	-	23.998
Outras receitas financeiras	15.519	20.816
Total da receita financeira	405.135	355.082
Despesas financeiras		
Encargo de dívidas	(266.955)	(241.206)
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(121.968)	(144.943)
Variação monetária de ativos e passivos financeiros setoriais	(31.907)	-
Encargo de fundo de pensão	(45.898)	(47.447)
Variações monetárias debêntures	(12.943)	(40.661)
Juros debêntures	(64.191)	(102.010)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(178.038)	(216.105)
Encargos com venda de recebíveis	(121.000)	-
Outras despesas financeiras	(82.302)	(96.651)
Total da despesa financeira	(925.202)	(889.023)
Resultado financeiro	(520.067)	(533.941)

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

27. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

Fatores de risco

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão do Rio de Janeiro. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios. A Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seu negócio:

a) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía exposição ao risco de crédito relacionado aos seguintes ativos financeiros:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e equivalentes de caixa	305.915	251.357
Títulos e valores mobiliários	120.091	53.772
Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP	6.966	11.103
Consumidores e outras contas a receber	813.540	795.626
Ativo financeiro setorial	75.332	-
	1.321.844	1.111.858

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com as seguintes classificação de risco realizada pela Agencia Standard & Poor's (escala nacional):

Caixa e equivalente de caixa e Títulos e valores mobiliários	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
AA-	271.710	172.901
AAA	-	28
A+	2.401	4.707
AA+	78.463	113.051
Banco Central do Brasil	36.330	13.226
Numerário em trânsito	36.224	574
Não avaliado	878	642
Total Geral	426.006	305.129

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Instrumentos financeiros derivativos	31/12/2017	31/12/2016
AA-	(46.972)	(65.022)
Total Geral	(46.972)	(65.022)

No caso dos créditos com Consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

b) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente podem afetar a tarifa de energia e conseqüentemente, a receita oriunda do fornecimento de energia da Companhia e ainda, o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostos pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

c) Risco de câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar em perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a dólar. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas a dólar da Companhia possuem contratos de *swap* (Dólar para Real e Libor para CDI)

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros e inflação, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são *swaps* de moeda (câmbio) ou taxas de juros e inflação sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quanto o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Passivos em Moeda Estrangeira		
Empréstimos e Financiamento	634.738	376.104
Exposição Patrimonial	<u>634.738</u>	<u>376.104</u>
Instrumentos Financeiros Notional	(636.120)	(359.494)
Exposição Cambial Total	<u>(1.382)</u>	<u>16.610</u>

d) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía 83% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI, SELIC, TJLP, IPCA e Libor), sendo que 14% eram atreladas a indicadores menos voláteis às oscilações do mercado, como a TJLP contraídos com recursos BNDES. Com finalidade de evitar riscos com variações cambiais, para as dívidas atreladas ao dólar (20% do total), a Companhia realizou operações de hedge por meio de contrato de *swap*, trocando taxa e variação cambial por CDI+spread. Além disso, a Companhia acompanha as taxas de juros e de inflação, de forma a observar a necessidade de contratar derivativos para se proteger contra possíveis flutuações destas taxas.

Os ajustes a débito e a crédito dessas operações estão registrados nas demonstrações de resultados. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apurou um resultado positivo não realizado na operação de *swap* no montante de R\$ 46.970 (resultado negativo no montante de R\$ 65.020 em 31 de dezembro 2016), e possui reconhecido o saldo dos ganhos com os instrumentos financeiros derivativos reconhecidos diretamente no patrimônio em outros resultados abrangentes no valor de R\$ 12.281 (saldo negativo no montante de R\$ 6.262 em 31 em de dezembro 2016).

<u>Caixa e equivalente de caixa e Títulos e valores mobiliários</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>%</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>%</u>
Selic	6.402	2%	6.553	2%
CDI	259.681	94%	255.679	95%
Pré-Fixado	9.258	3%	8.072	3%
Total	275.341	100%	270.304	100%

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos	31/12/2017	%	31/12/2016	%
Taxa Fixa	537.641	17%	189.920	6%
TJLP	447.010	14%	369.015	11%
Selic	133.131	4%	151.392	5%
CDI	1.789.802	57%	1.959.516	59%
IPCA	230.888	7%	607.900	18%
Libor	7.730	0%	16.609	1%
Total	3.146.202	100%	3.294.352	100%

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (cambio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita.

e) Risco de liquidez

Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

A liquidez da Companhia é gerida por meio do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a Companhia utiliza-se de linhas de crédito para capital de giro disponíveis para a Ampla por meio de contratos firmados com o Banco Bradesco no valor de R\$ 50.000, Banco Santander no valor de R\$ 100.000, totalizando R\$ 150.000. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mutuo com sua Controladora Enel Brasil aprovado pela Aneel até 10 de dezembro de 2019 no valor de até R\$ 2.200.000, dos quais, em 31 de dezembro de 2017, estavam disponíveis o montante de R\$ 1.370.060

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures detalhados nas Notas 17 e 18, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) e pelo patrimônio líquido da Companhia.

O índice de endividamento no período findo em 31 de dezembro de 2017 é de 44% e em 2016 de 46%.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

As tabelas a seguir apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2017						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	8.180	5.365	29.200	393.055	-	435.800
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	15.853	41.870	284.860	1.031.954	-	1.374.537
Debêntures	-	-	44.792	702.466	-	747.258
Empréstimos com Parte Relacionada	63.132	695.473	10.755	193.611	-	962.971
	<u>87.165</u>	<u>742.708</u>	<u>369.607</u>	<u>2.321.086</u>	<u>-</u>	<u>3.520.566</u>
31 de dezembro de 2016						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	2.891	5.625	25.037	112.257	26.019	171.829
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	29.588	33.936	148.231	830.868	-	1.042.623
Empréstimos com Parte Relacionada	202.889	25.024	105.742	1.240.079	-	1.573.734
Debêntures	22.835	-	438.552	634.660	-	1.096.047
	<u>258.203</u>	<u>64.585</u>	<u>717.562</u>	<u>2.817.864</u>	<u>26.019</u>	<u>3.884.233</u>

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos a seguir:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2017					
"Swaps" de juros 08/01/16	-	1.368	31.400	-	32.768
"Swaps" de juros 07/03/16	-	5.776	4.687	34.316	44.779
"Swaps" de juros 05/07/17	6.356	-	4.437	35.105	45.898
"Swaps" de juros 07/12/17	-	66	16	-	82
"Swaps" de juros 08/12/17	-	124	65	20	209
	<u>6.356</u>	<u>7.334</u>	<u>40.605</u>	<u>69.441</u>	<u>123.736</u>
31 de dezembro de 2016					
"Swaps" de juros 03/09/12	-	-	(13.988)	(11.351)	(25.339)
"Swaps" de juros 08/11/12	-	-	(12.817)	(28.856)	(41.673)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(26.805)</u>	<u>(40.207)</u>	<u>(67.012)</u>

Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Categoria	Nível	31/12/2017		31/12/2016	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	305.915	305.915	251.357	251.357
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	120.091	120.091	53.772	53.772
Cauções e depósitos vinculados	Empréstimos e recebíveis	2	-	-	63.601	63.601
Consumidores	Empréstimos e recebíveis	2	813.540	813.540	795.626	795.626
Consumidores - serviços prestados	Empréstimos e recebíveis	2	85.585	85.585	84.519	84.519
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	Empréstimos e recebíveis	2	6.966	6.966	11.103	11.103
Empréstimos com partes relacionadas em moeda nacional	Empréstimos e recebíveis	2	1.202	1.202	2.356	2.356
Ativos financeiros setoriais	Empréstimos e recebíveis	2	247.566	247.566	204.533	204.533
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	1.865.971	1.860.676	1.875.983	1.826.806
Debêntures em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	598.522	601.630	977.243	953.470
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	2	634.737	634.737	376.104	372.590
Passivos financeiros setoriais	Outros passivos financeiros	2	204.323	204.323	265.016	265.016
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	Outros passivos financeiros	2	53.938	53.938	76.125	76.125
Fornecedores	Outros passivos financeiros	2	900.529	900.529	689.020	689.020

As aplicações financeiras registradas nas demonstrações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

Valor justo hierárquico

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1:** dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2:** dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3:** dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Instrumento financeiro derivativo

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*) de 31 de dezembro de 2017 estão dispostos a seguir:

Derivativo	Valor da curva	Valor de mercado	Diferença	Valor de referência (Notional)
Swap Libor x DI 08.01.16 Citibank	(26.730)	(24.244)	2.486	150.000
Swap Libor x DI 07.03.16 Santander	(32.722)	(29.694)	3.028	277.718
Swap Fixo(USD) x DI 05.07.16 Itaú	(6.108)	3.109	9.217	249.999
Swap DI x Fixo 07.12.17 Santander	(1)	2.637	2.638	152.564
Swap DI x Fixo 08.12.17 Itaú	(52)	1.220	1.273	283.162

A estimativa de valor de mercado das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela BM&F na posição de 31 de dezembro de 2017.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Em 31 de dezembro de 2017 haviam 5 (cinco) contratos de *swap*, sendo dois contratos de Libor para CDI e um de dólar para CDI, a fim de diminuir a exposição às flutuações das variações cambiais, conforme demonstrado a seguir:

Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência	
				Moeda local	
				31/12/2017	31/12/2016
Contratos de swaps:					
HSBC BANK BRASIL S.A.	03/09/2012	16/06/2017	CDI + 1,02%aa 10,05% aa	-	787
CITIBANK S.A.	08/01/2016	24/12/2018	Libor + 2,40%aa CDI + 1,90%aa	(24.244)	(28.233)
SANTANDER (Brasil) S.A.	07/03/2016	07/03/2019	Libor + 1,53%aa CDI + 0,40%aa	(29.694)	(37.576)
ITAÚ S.A.	05/07/2017	05/07/2021	USD + 4,210%aa 115,65% CDI	3.109	-
SANTANDER (Brasil) S.A.	07/12/2017	24/12/2018	CD + 1,90%aa FIXO	2.637	-
ITAÚ S.A.	08/12/2017	07/03/2019	CD + 1,90%aa FIXO	1.220	-

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Vide a seguir análise de sensibilidade nos saldos das dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2017 estabelecida por meio das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3 (antiga BM&F). Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Ativos	Risco	Base 31/12/2017	Cenários projetados - DEZ2018		
			Provável	Adverso	Remoto
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da SELIC	6.402	105	79	53
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	259.681	4.338	3.278	2.202
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Pre-fixado	9.258	-	-	-
Instrumentos financeiros derivados	Alta do CDI	(1.117.990)	(83.354)	(94.613)	(105.703)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Pre-fixado	(106.600)	(7.431)	(7.431)	(7.431)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da TJLP	(447.010)	(43.099)	(49.765)	(56.339)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Selic	(133.131)	(12.676)	(14.727)	(16.750)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	(1.102.853)	(24.149)	(31.081)	(37.895)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do IPCA	(230.888)	(28.643)	(31.151)	(33.633)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Libor	(7.730)	(196)	(1.498)	(2.584)
			(195.105)	(226.909)	(258.080)

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do *swap* da Companhia:

Contrato	Provável	Cenário + 25%	Cenário + 50%
Santander 4131	8.792	67.257	116.057
Swap Ponta Ativa	(8.596)	(65.759)	(113.473)
Swap Ponta Passiva	19.343	23.735	28.066
Swap Santander Ponta Ativa - PP	(24.134)	(28.652)	(33.106)
Swap Santander Ponta Ativa - PP	21.089	21.089	21.089
Citi 4131	5.283	31.768	53.875
Swap Ponta Ativa	(5.283)	(31.768)	(53.875)
Swap Ponta Passiva	11.420	13.558	15.665
Swap Citi Ponta Ativa - PP	(11.558)	(13.721)	(15.854)
Swap Citi Ponta Passiva - PP	11.765	11.765	11.765
ITAU 4131	10.552	10.552	10.552
Swap Ponta Ativa	(10.928)	(10.928)	(10.928)
Swap Ponta Passiva	19.737	24.466	29.118
Total	47.482	53.362	58.951

Conforme demonstrado acima, a variação do CDI e da Libor sobre a parcela da dívida coberta pelo *swap* são compensadas inteiramente pelo resultado oposto de sua ponta ativa.

28. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 2.432.722 em 2018, R\$ 2.528.031 em 2019, R\$ 2.516.199 em 2020, R\$ 2.687.932 em 2021 e R\$ 60.517.239 após 2021.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no período em 31 de dezembro de 2017 que foram homologados pela ANEEL.

29. Participação nos resultados

O montante dessa participação no exercício de 2017 foi de R\$ 13.066 (R\$ 19.967 em 2016).

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Enel. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de indenização	
	De	Até		R\$	R\$
Risco operacional	01/11/2017	31/10/2018	R\$ 1.446.197	R\$	163.510
Responsabilidade civil	01/11/2017	31/10/2018	N/A	R\$	654.040

31. Revisão e reajuste tarifário

31.1 Resumo da revisão tarifária (ou reajuste tarifário)

De acordo com o seu contrato de concessão, a Companhia teve seu reajuste tarifário em 15 de março de 2017. O reajuste tarifário médio foi de -6,51%, conforme homologado na Resolução Homologatória nº 2.207, de 14 de março de 2017. Para os consumidores de baixa tensão, o reajuste foi, em média, -6,24%. Já para os clientes de média e alta tensão, o índice foi, em média, -7,12%.

	Variação	Participação no Reajuste	Participação na Receita
PARCELA A [Encargos+Transmissão+Energia]	0,75%	0,52%	69,16%
Encargos Setoriais	-12,64%	-2,81%	19,18%
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. – TFSEE	5,65%	0,01%	0,12%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (USO)	-26,67%	-2,16%	5,87%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (Decr. 7945/2013)	9,36%	0,25%	2,87%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (Conta-ACR)	2,90%	0,13%	4,68%
Encargos Serv. Sist. - ESS e Energ. Reserv. - EER	-21,82%	-0,87%	3,09%
PROINFA	-7,87%	-0,15%	1,69%
P&D, Efic.Energ e Ressarc.ICMS Sist.Isol.	-2,17%	-0,02%	0,85%
ONS	8,10%	0,00%	0,00%
Custos de Transmissão	75,80%	3,84%	8,81%
Rede Básica	134,15%	2,48%	4,27%
Rede Básica Fronteira	162,26%	0,54%	0,87%
Rede Básica ONS (A2)	1169,32%	0,02%	0,02%
MUST Itaipu	25,05%	0,11%	0,54%
Transporte de Itaipu	256,70%	0,53%	0,73%
Conexão	24,01%	0,06%	0,32%
Uso do sistema de distribuição e CCD	4,97%	0,10%	2,05%
Custos de Aquisição de Energia	-1,22%	-0,51%	41,17%
PARCELA B	2,07%	0,63%	30,84%
IRT considerando a variação tarifária da RTE		1,15%	100,00%
Efeito dos Componentes Financeiros do Processo Atual		-1,52%	
CVA em Processamento - Encargos Setoriais		-3,74%	
CVA em Processamento - Energia comprada		-2,63%	
CVA em Processamento - Transmissão		0,12%	
Saldo a Compensar CVA-Ano Anterior + Ajustes		0,03%	
Neutralidade dos Encargos		0,39%	
Repasse da sobrecontratação/exposição de energia REN n° 255/2007		0,93%	
Garantias financeiras na contratação regulada de energia (CCEAR)		0,02%	
Ajuste Financeiro ref. concatenação dos CUSDs		0,04%	
Penalidade por descumprimento de meta de universalização		-0,02%	
Repasse de compensação DIC/FIC		0,00%	
Ajuste Liminar Abracos		-0,27%	
Ajuste Parcela B (Recurso) - Financeiro de Parcela B		-0,15%	
Ajuste Parcela A (Recurso) - Financeiro de Parcela A		0,25%	
Previsão de Risco Hidrológico		3,51%	
Efeito da retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anterior		-6,98%	
Efeito Médio a ser percebido pelos Consumidores		-7,34%	

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Celebração de Aditivo contratual

O 6º Termo aditivo ao contrato de concessão do serviço público de energia elétrica celebrado em 14 de março de 2017, tem resultado nas seguintes principais mudanças:

- Antecipação da Revisão tarifária da Companhia de 2019 para março de 2018;
- **Revisão das perdas não técnicas regulatórias:** novos valores definidos para 2017 e 2018, com o reconhecimento parcial das perdas nas áreas de risco;
- **Receitas Irrecuperáveis Regulatórias:** atualização anual com base na receita requerida regulatória definida nos processos tarifários;
- **Outras receitas:** compartilhamento passa a ser realizado anualmente em todos os processos tarifários (e não mais apenas na revisão tarifária);
- **Ultrapassagem de demanda e excedente de reativo:** Deixa de ser registrada como Obrigações Especiais. Compartilhamento passa a ser realizado anualmente em todos os processos tarifários (e não mais apenas na revisão tarifária);
- **Neutralidade da Parcela A:** Passam a ser calculados a neutralidade para os custos de Energia, Transmissão, Receitas Irrecuperáveis e para os itens financeiros.

Por outro lado, este aditivo atribui novas obrigações contratuais, sendo as mais relevantes:

- Adequação dos indicadores de qualidade: Definição de uma trajetória para adequação dos indicadores de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) aos limites regulatórios de 2018 a 2022;
- Eficiência na gestão econômica e financeira: Definição de novas metas de gestão econômica e financeira;
- Descumprimento por 2 anos consecutivos ou em 2022 das novas metas de qualidade e de gestão econômica e financeira, acarretará a extinção da concessão.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

Apresentamos a seguir a reconciliação das informações apresentadas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil com as informações regulatórias.

	31/12/2017			31/12/2016		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	305.915	-	305.915	251.357	-	251.357
Títulos e valores mobiliários	120.091	-	120.091	53.772	-	53.772
Consumidores e outras contas a receber	763.400	-	763.400	736.365	-	736.365
Consumidores - serviços prestados	85.585	-	85.585	84.519	-	84.519
Ativos financeiros setoriais	75.332	134.095	209.427	-	149.530	149.530
Subvenção CDE - desconto tarifário	346.447	-	346.447	277.512	-	277.512
Cauções e depósitos	-	-	-	63.601	-	63.601
Tributos a compensar	304.050	-	304.050	74.643	-	74.643
Serviço em curso	65.029	-	65.029	65.426	-	65.426
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP	2.637	-	2.637	787	-	787
Outros créditos	87.594	13.504	101.098	125.425	-	125.425
Total do ativo circulante	2.156.080	147.599	2.303.679	1.733.407	149.530	1.882.937
Não circulante						
Consumidores	50.140	-	50.140	59.261	-	59.261
Ativos financeiros setoriais	-	38.139	38.139	-	55.003	55.003
Depósitos vinculados a litígios	236.510	-	236.510	223.325	-	223.325
Tributos a compensar	106.406	-	106.406	125.300	-	125.300
Serviço em Curso	14.351	-	14.351	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP	4.329	-	4.329	10.316	-	10.316
Tributos diferidos	420.095	262.203	682.298	369.898	232.718	602.616
Ativo indenizável (concessão)	2.864.913	(2.864.913)	-	2.242.355	(2.242.355)	-
Imobilizado	61.619	6.554.420	6.616.039	71.552	5.946.567	6.018.119
Intangível	3.416.279	(3.171.849)	244.430	3.268.616	(3.079.380)	189.236
Investimentos	-	3.830	3.830	-	3.982	3.982
Total do ativo não circulante	7.174.642	821.830	7.996.472	6.370.623	916.535	7.287.158
Total do ativo	9.330.722	969.429	10.300.151	8.104.030	1.066.065	9.170.095

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2017			31/12/2016		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Passivo						
Circulante						
Fornecedores e outras contas a pagar	900.125	-	900.125	688.858	-	688.858
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.091.655	-	1.091.655	790.340	-	790.340
Salários, provisões e encargos sociais	43.072	-	43.072	42.546	-	42.546
Obrigações fiscais	124.737	-	124.737	124.301	-	124.301
Dividendos a pagar	46.515	-	46.515	46.515	-	46.515
Passivos financeiros setoriais	-	134.096	134.096	19.042	(13.425)	5.617
Taxa regulamentares	369.210	13.504	382.714	339.189	-	339.189
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP	34.291	-	34.291	13.510	-	13.510
Outras obrigações	75.817	-	75.817	83.549	-	83.549
Total do passivo circulante	2.685.422	147.600	2.833.022	2.147.850	(13.425)	2.134.425
Não circulante						
Fornecedores e outras contas a pagar	404	-	404	162	-	162
Passivos financeiros setoriais	32.088	38.139	70.227	41.439	217.960	259.399
Tributos diferidos	-	260.000	260.000	-	283.775	283.775
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.007.575	-	2.007.575	2.438.990	-	2.438.990
Obrigações com benefícios pós-emprego	492.442	-	492.442	493.335	-	493.335
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	665.104	-	665.104	603.705	-	603.705
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP	19.647	-	19.647	62.615	-	62.615
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	-	522.016	522.016	-	462.255	462.255
Taxa regulamentares	71.072	-	71.072	46.087	-	46.087
Total do passivo não circulante	3.288.332	820.155	4.108.487	3.686.333	963.990	4.650.323
Patrimônio líquido						
Capital social	2.498.230	-	2.498.230	1.298.230	-	1.298.230
Reserva de capital	23.254	-	23.254	23.254	-	23.254
Reserva de lucro	826.920	(480.703)	346.217	947.904	(422.022)	525.882
Reserva de reavaliação regulatória	-	482.377	482.377	-	537.522	537.522
Outros resultados abrangentes	8.564	-	8.564	459	-	459
Total do patrimônio líquido	3.356.968	1.674	3.358.642	2.269.847	115.500	2.385.347
Total do passivo e patrimônio líquido	9.330.722	969.429	10.300.151	8.104.030	1.066.065	9.170.095

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2017			31/12/2016		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Receita / ingresso						
Fornecimento de energia elétrica	6.234.754	173.966	6.408.720	6.555.189	115.020	6.670.209
Suprimento de energia elétrica	72.508	-	72.508	77.362	-	77.362
Disponibilização do sistema de transmissão e Distribuição	484.887	-	484.887	310.125	-	310.125
Outras receitas vinculadas	299.190	19.058	318.248	267.163	10.122	277.285
Receita de construção	1.043.446	(1.043.446)	-	884.905	(884.905)	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	242.827	13.504	256.331	(518.199)	(24.715)	(542.914)
	8.377.612	(836.918)	7.540.694	7.576.545	(784.478)	6.792.067
Deduções da receita bruta						
Tributos e encargos						
ICMS	(1.732.793)	-	(1.732.793)	(1.721.457)	-	(1.721.457)
PIS-PASEP	(130.251)	-	(130.251)	(111.530)	-	(111.530)
Cofins	(512.159)	-	(512.159)	(513.713)	-	(513.713)
ISS	(3.382)	-	(3.382)	(3.030)	-	(3.030)
Encargos - Parcela "A"						
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(21.127)	-	(21.127)	(20.641)	-	(20.641)
Conta de desenvolvimento econômico - CDE	(612.817)	-	(612.817)	(712.064)	-	(712.064)
Programa de eficiência energética - PEE	(21.127)	-	(21.127)	(20.641)	-	(20.641)
Taxa de fiscalização	(5.676)	-	(5.676)	(6.481)	-	(6.481)
Outros encargos	-	(187.470)	(187.470)	-	(90.305)	(90.305)
	(3.039.332)	(187.470)	(3.226.802)	(3.109.557)	(90.305)	(3.199.862)
Receita líquida / ingresso líquido	5.338.280	(1.024.388)	4.313.892	4.466.988	(874.783)	3.592.205
Custos não gerenciáveis - parcela "A"						
Energia elétrica comprada para revenda	(2.483.259)	-	(2.483.259)	(1.825.602)	-	(1.825.602)
Encargos de transmissão / distribuição / conexão	(311.382)	-	(311.382)	(312.188)	-	(312.188)
	(2.794.641)	-	(2.794.641)	(2.137.790)	-	(2.137.790)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	2.543.639	(1.024.388)	1.519.251	2.329.198	(874.783)	1.454.415

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2017			31/12/2016		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Resultado antes dos custos gerenciáveis (continuação)	2.543.639	(1.024.388)	1.519.251	2.329.198	(874.783)	1.454.415
Custos gerenciáveis - parcela "B"						
Pessoal e administradores	(140.606)	-	(140.606)	(161.513)	-	(161.513)
Serviços de terceiros	(435.537)	-	(435.537)	(484.287)	-	(484.287)
Material	(13.287)	-	(13.287)	(15.809)	-	(15.809)
Arrendamentos e aluguéis	(11.795)	-	(11.795)	(11.793)	-	(11.793)
Seguros	(2.951)	-	(2.951)	(4.470)	-	(4.470)
Doações, contribuições e subvenções	(1.919)	-	(1.919)	(1.824)	-	(1.824)
Provisão créditos de liquidação duvidosa	(134.302)	-	(134.302)	(214.605)	-	(214.605)
Outras provisões	(37.820)	-	(37.820)	(53.352)	-	(53.352)
Tributos	(1.522)	-	(1.522)	(1.907)	-	(1.907)
Depreciação e amortização	(294.621)	(58.120)	(352.741)	(253.147)	(36.692)	(289.839)
Outros despesas operacionais	(152.389)	(28.583)	(180.972)	(175.707)	4.177	(171.530)
Receita de multa por impontualidade de clientes	50.059	(50.059)	-	51.115	(51.115)	-
Outras receitas operacionais	19.058	(19.058)	-	10.122	(10.122)	-
Custo de construção	(1.043.446)	1.043.446	-	(884.905)	884.905	-
	(2.201.078)	887.626	(1.313.452)	(2.202.082)	791.153	(1.410.929)
Resultado financeiro	(490.635)	(29.432)	(520.067)	(443.319)	(90.622)	(533.941)
Receita financeira	429.512	(24.377)	405.135	443.297	(88.215)	355.082
Despesa financeira	(920.147)	(5.055)	(925.202)	(886.616)	(2.407)	(889.023)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(148.074)	(166.194)	(314.268)	(316.203)	(174.252)	(490.455)
Imposto de renda	33.232	39.161	72.393	69.495	45.052	114.547
Contribuição social	11.865	14.096	25.961	24.876	16.218	41.094
Prejuízo do exercício	(102.977)	(112.937)	(215.914)	(221.832)	(112.982)	(334.814)
Prejuízo por ação originado das operações	(0,61798)		(1,29574)	(2,26214)		(3,41428)
Básico - lucro de operações						
Atribuíveis a acionistas controladores	(0,61666)		(1,29297)	(2,25394)		(3,40190)
Detentores de ações ordinárias	(0,61798)		(0,00276)	(2,26214)		(0,01238)
Diluído - lucro de operações						
Atribuíveis a acionistas controladores	(0,61666)		(1,29297)	(2,25394)		(3,40190)
Detentores de ações ordinárias	(0,61798)		(0,00276)	(2,26214)		(0,01238)

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir apresentamos a natureza e as devidas fundamentações dos ajustes apresentados nos quadros dispostos acima:

32.1 Ativos e passivos regulatórios

Para fins regulatórios, a Conta de Compensação de Variação de Custos da “Parcela A” é constituída pelo valor de reposição dos custos da Parcela “A” ocorridos em períodos intercalares às datas de reajuste/revisão tarifária por natureza (CVA Energia, Custo de Itapu, Proinfra, Rede Básica, Transporte Itaipu, ESS, CDE, CFURH e os demais ativos e passivos financeiros), sendo a sua classificação contábil apresentada no ativo, quando CVA é credora, e no passivo, quando esta é devedora. Para fins societários, a Companhia, com base no CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração reconhece o efeito líquido da CVA tanto em contas patrimoniais como no resultado do período, baseada no fundamento de que a sua realização ocorrerá pelo valor líquido total, independente da natureza.

Tanto para fins regulatórios como para o societário a atualização monetária da CVA ocorre pela SELIC e é apurada entre os períodos intercalares às datas de reajuste/revisão tarifária sendo reconhecidos como receita ou despesa financeira.

As movimentações contábeis entre as contas de Receita (Fornecimento de energia elétrica, Encargo do consumidor, e Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros) e de Custo não gerenciáveis parcela – “A” (Energia elétrica comprada para revenda, e Encargos de uso do sistema de transmissão / distribuição) tomam por base a orientação constante no Ofício Circular nº 185/2015 - SFF ANEEL e o MCSE.

- a) MCSE: A receita de fornecimento faturado de energia é composta de energia elétrica, inclusive proveniente da aplicação das Bandeiras Tarifárias, para a unidade consumidora com fim residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público.
- b) Ofício circular nº 185/2015: O reconhecimento de repasse à/da CCRBT deve ser registrado como encargo do consumidor em contrapartida a energia elétrica comprada para revenda, e encargos de uso do sistema de transmissão/distribuição.
- c) Despacho nº 245/2016: determina que as recuperações de despesas oriundas de custos com compra de energia devem ser registradas como receita de CVA e não como recuperação de custos (tratamento societário).

No societário, o repasse à CCRBT aprovado no Despacho, bem como a proveniente de bandeiras tarifárias, comentados acima são registrados como receita CVA.

32.2 Tributos diferidos

As diferenças de classificação contábil apresentadas no quadro de reconciliação das demonstrações contábeis societárias para a regulatórias ocasionaram em estornos na constituição de tributos diferidos sobre o resultado financeiro do IFRIC 12, bem como sobre os tributos diferidos relativos à reavaliação regulatória.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

32.3 Ativos financeiros da concessão

Para fins societários a Companhia reconhece a expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização) tomando por base o laudo de avaliação dos bens vinculados a concessão acrescido da atualização monetária dos saldos tomando por base a variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”).

Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão (“ICPC 01”), mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

O valor correspondente a parcela indenizável da concessão está classificada como imobilizado ou vinculado a concessão, diferentemente do societário que apresenta este montante como um ativo financeiro e não um ativo não monetário.

32.4 Imobilizado

32.4.1 Reavaliação compulsória

Os ajustes decorrem dos montantes realizados pela depreciação e baixa de ativos mensurados pelo Valor Novo de Reposição (“VNR”) atribuído na reavaliação do ativo pelo órgão regulador (ANEEL), segundo a Resolução ANEEL nº 396/2009.

A reavaliação de ativos não é permitida para a contabilidade societária, desde a Adoção da Lei nº 11.638/2007 – conforme disposto no CPC 27 - Imobilizado. Desta forma, o ajuste decorre da divergência de práticas entre a contabilidade societária e regulatória.

32.4.2 Depreciação

Os ajustes são decorrentes da realização mensal das cotas de depreciação dos ativos que tiveram reavaliação regulatória, quando da revisão tarifária realizada em setembro de 2013 e homologada em fevereiro de 2014.

32.5 Intangível

32.5.1 Reavaliação compulsória

Os ajustes decorrem dos montantes realizados pela depreciação e baixa de ativos mensurados pelo Valor Novo de Reposição (“VNR”) atribuído na reavaliação do ativo pelo órgão regulador (ANEEL), segundo a Resolução ANEEL 396/2009.

A reavaliação de ativos não é permitida para a contabilidade societária, desde a adoção da Lei nº 11.638/2007 – conforme disposto no CPC 04 – Ativo Intangível. Desta forma, o ajuste decorre da divergência de práticas entre a contabilidade societária e regulatória.

32.5.2 Amortização

Os ajustes são decorrentes da realização mensal das cotas de amortização dos ativos que tiveram reavaliação regulatória, quando da revisão tarifária realizada em setembro de 2013 e homologada em fevereiro de 2014.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**32.6 Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica
("obrigações especiais")**

As obrigações especiais são créditos especiais vinculados aos investimentos aplicados em ativos vinculados à concessão. As obrigações especiais são amortizadas conforme a taxa média de depreciação do grupo do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos. Nas demonstrações contábeis regulatórias societárias as obrigações especiais são classificadas como redutoras do ativo intangível em serviço. Já nas demonstrações contábeis regulatórias, com base no MCSE e ratificado através do despacho nº 3.371, de 22 de dezembro de 2016 da ANEEL, é requerida a divulgação das obrigações especiais no passivo não circulante.

33. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

33.1 Ativo financeiro

Conforme comentado na Nota 32.3, no regulatório não é constituído o ativo financeiro da concessão estando este montante refletido no valor residual dos bens vinculados a concessão no imobilizado/intangível, enquanto que para fins do ICPC 01 este montante deve ser reclassificado para um ativo financeiro devido a sua natureza contábil de conversibilidade em caixa ao final da concessão (indenização).

33.2 Ativo intangível

Conforme comentado na Nota 32.5, no Regulatório os bens vinculados a concessão estão classificados no Imobilizado ou Intangível a depender da classificação do bem ser tangível ou intangível. Contudo, para fins de ICPC 01, os valores vinculados a concessão passam a ser considerados com um direito de cobrar dos clientes usuários do serviço de distribuição objeto do contrato de concessão ou do órgão regulador a remuneração do custo de construção e manutenção desses ativos

33.3 Receita e custo de construção (resultado)

Para fins societários, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica em atendimento ao CPC 17 (R1) - Contratos (serviços de construção ou melhoria). A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas.

No que tange à contabilidade regulatória tal prática não foi recepcionada pela ANEEL, que não reconhece ser os custos do investimento, custo e receita de construção.

33.4 Remuneração do ativo financeiro (resultado)

A atualização monetária do ativo financeiro constituído no societário, toma por base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). O critério de atualização monetária comentado seguiu as orientações da Resolução Normativa nº 686 de 23/11/2015, que dispõe que a base de remuneração dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, deverá ser atualizada pelo pela variação do IPCA, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária anual.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A contabilidade regulatória não recepcionou a nova classificação dos bens vinculados à concessão para o ativo pelo ICPC-01, e desta forma a remuneração deste ativo financeiro também não deve ser informação considerada no Regulatório.

33.5 Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Conforme comentado na Nota 32.2 os ajustes entre as demonstrações do resultado societária com a regulatória são decorrentes de mudanças no resultado do período, como a do IFRIC 12, tendo ocasionados mudanças na apuração dos tributos diferidos. A base de cálculo desses tributos tem apenas sua evidenciação na contabilidade societária, pois não fora recepcionada pelo órgão regulador, bem como sobre os tributos diferidos relativos à reavaliação regulatória.

34. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório 2017 e 2016

	31/12/2017	31/12/2016
Saldos no início do exercício	3.356.968	2.269.847
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Reavaliação regulatória compulsória	482.377	523.624
Reserva de capital de giro	(480.703)	(408.124)
Saldos no fim do exercício	3.358.642	2.385.347

Conforme comentado nas Notas 32.4.1 e 32.5.1, a reavaliação regulatória compulsória originou a diferença entre o valor contábil e o VNR, tendo como base a última revisão tarifária da Companhia. Esta reavaliação tomou por base os termos da Resolução nº 396/2010, que especifica que o registro desta deve ser feito no Grupo 243.01 Patrimônio Líquido - Reserva de Reavaliação. A variação evidenciada entre os ciclos de revisão tarifária decorre da realização das quotas de depreciação, baixas efetuadas nos ativos imobilizados que foram reavaliados pelo órgão regulador, quando da revisão tarifária em 2014 e realização dos impostos diferidos.

Em função dos ajustes comentados nos itens anteriores a reserva de capital de giro é impactada pela a diferença existente no prejuízo societário para regulatório, conforme conciliação no quadro a seguir:

35. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório 2017 e 2016

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido (prejuízo) conforme contabilidade societária	(102.977)	(221.832)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(74.436)	(139.329)
Glosa - BRR	5.956	5.956
Depreciação e amortização sobre a reserva de reavaliação regulatória	(63.988)	(42.641)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis (ICPC 01)	25.308	47.372
Tributos sobre a reserva de reavaliação regulatória	27.951	13.898
Outras despesas	(33.728)	1.762
Prejuízo líquido regulatório	(215.914)	(334.814)

O detalhamento acerca destas variações encontra-se comentado na Nota 32.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Niterói – RJ, 26 de abril de 2018

Ramon Francisco Castañeda Ponce: Diretor-Presidente

Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira: Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Carlos Ewandro Naegele Moreira: Diretor de Recursos Humanos e Organização

José Nunes de Almeida Neto: Diretor de Relações Institucionais

Janaina Savino Vilella Carro: Diretora de Comunicação

José Alves Mello Franco: Diretor de Regulação

Déborah Meirelles Rosa Brasil: Diretora Jurídica

Margot Frota Cohn Pires: Diretora de Compras

Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira: Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle

Ramón Francisco Castañeda Ponce: Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes

Fernando Andrade: Diretor de Planejamento e Engenharia

Márcia Sandra Roque Vieira Silva: Diretora de Mercado